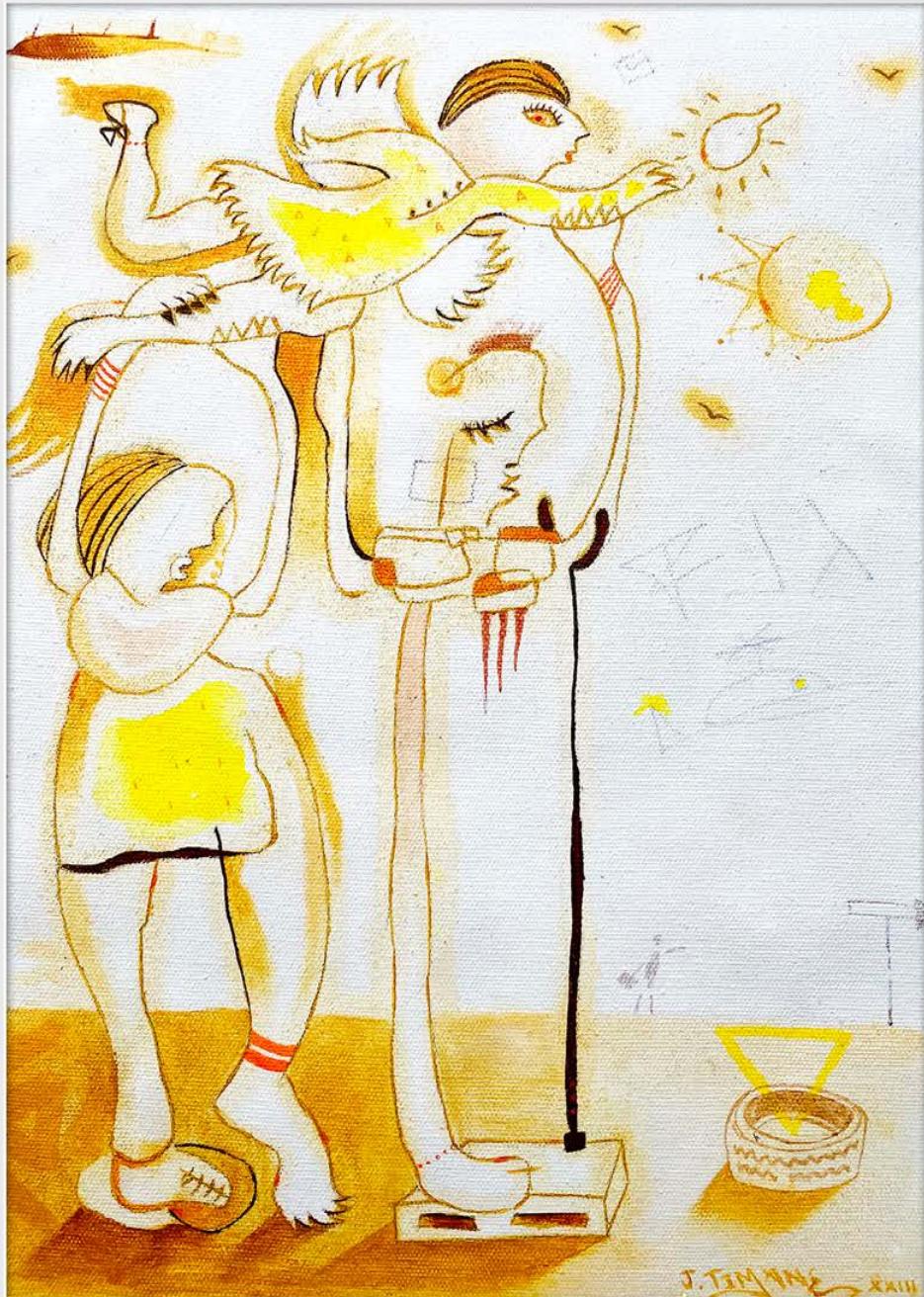


DESCENDÊNCIAS

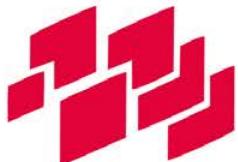
M A G A Z I N E



CONSULTORIA FISCAL E DE GESTÃO



Ao seu Lado
acompanhando
o seu negócio
quer seja desenvolvido
em nome pessoal ou
através de uma
sociedade de forma
personalizada



cisterdata
consulting

Business Adviser, Gabinete de Contabilidade
Processamento de Salários, apoio fiscal e ao estatuto RNH

Apoiamos a nossa atividade há já duas décadas
a partir das cidades de Lisboa, Paris, Marraquexe.



Lisboa, Paris, Marraquexe



+351 211 978 542



info@cisterdata.pt



www.cisterdata.pt

As áreas de suporte
e apoio à gestão
são ajustadas às suas
necessidades
potenciando o seu
negócio tendo
em conta a nossa
experiência
internacional.

p/ 06 e 07.

Um ano cheio de desafios. Por José Governo Diretor Executivo da AILD
Encontros PNAID. Por Philippe Fernandes, Presidente da AILD

p/ 12.

Grande Entrevista
Flávio Martins, Presidente do Conselho das Comunidades Portuguesas

p/ 28.

Diplomacia
Fukushima. Por José de Freitas Ferraz, Diretor do Instituto Diplomático

N E S T A E D I C Ā O

p/ 32.

História Social de Angola
Entrevista com Marinela Cerqueira fundadora e coordenadora do projeto

p/ 38.

Artes e Artistas Lusos, Luís Filipe Borges
Por Terry Costa, Presidente/Diretor-Artístico, MiratecArts

p/ 46.

Líderes & Empresárias. Lilian Bertin
Por Sylvie das Dores Bayart, Empresária Dijon

Obra de capa

Artista Plástico: João Timane

Dimensões: 49 x 33

Técnica: Acrílico sobre tela

O caminho da luz

Preciso de dar a luz ao Mundo, a mesma luz que dou quando, depois de nove meses de espera, das minhas entradas expulso mais uma mulher, mais um homem, mais uma pessoa para vir habitar este universo, esta Natureza, para vir ver e viver a luz deste Mundo que tende a ficar escondida pelas vicissitudes mil que lhe impomos, quero dar a luz a este Mundo, não importa a minha estatura baixa. Eu vou dar a luz ao Mundo para livrá-lo do holocausto que todos os dias se desenha com as cores mais violentas. Vinde, vinde todos os seres deste Universo, vinde pássaros, vinde, a minha estatura baixa não alcança o céu mas eis-me aqui. Com a ponta dos dedos dos meus pés vou ajudar o pássaro a voar mais alto e tu que tens uns metros mais que eu eleve, segura nessa mão e vamos acender a luz. Vamos todos de mãos dadas acender as luzes que o Mundo precisa para uma vida melhor.

Marcelo Panguana, escritor
obrasdecapa@obrasdecapa.pt



F T

Diretora Fátima Magalhães | **Diretora Adjunta** Gilda Pereira |
Editores Ana Sofia Oliveira, António Manuel Monteiro, Cristina Passas, Diana Correia, Fatinha Pinheiro, Flávio Alves Martins, Gabriela Ruivo, João Costa, José Governo, Luciana Zettel, Mafalda Lourenço, Marco Neves, Maria do Carmo Mendes, Marta Costa, Melissa da Silva, Nuno da Lima Luz, Paula Cristina Veiga, Philippe Fernandes, Sílvia Faria de Bastos, Sylvie das Dores Bayart, Vitor Afonso | **Revisão** JG Consulting | **Design Gráfico** Amostra de Letras | **Estatuto editorial** <https://descendencias.pt/estatuto-editorial/> | **Editor e Proprietário** Amostra de Letras Lda, NIF 515975591 | **Administração** Fátima Magalhães - 100% capital | **Periodicidade** Mensal | **Contactos** E: info@descendencias.pt W: descendencias.pt T: 309 921 350 | **Publicidade** E: publicidade@descendencias.pt | **Anúncios** A Amostra de Letras Lda, não é responsável pelo conteúdo dos anúncios

nem pela exatidão das características e propriedades dos produtos e/ ou bens anunciados. A respetiva veracidade e conformidade com a realidade são da integral e exclusiva responsabilidade dos anunciantes e agências ou empresas publicitárias | **Direitos** Em virtude do disposto no artigo 68º nº2, i) e j), artigo 75º nº2, m) do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos artigos 10º e 10º Bis da Conv. de Berna, são expressamente proibidas a reprodução, a distribuição, a comunicação pública ou colocação à disposição, da totalidade ou parte dos conteúdos desta publicação, com fins comerciais diretos ou indiretos, em qualquer suporte e por qualquer meio técnico, sem a autorização da Amostra de Letras Lda | **Sede Editor/Redação** Rua dos Almocreves, 44 4455-029 Lavra - Matosinhos | **Registo ERC** 127522 | **Edição** 25, janeiro 2023 - GRATUITA.

Editorial

Caros Leitores

Começamos um novo ano com muitas novidades. Para além de novos conteúdos da revista, um novo artista plástico que inicia a sua viagem pelas “Obras de Capa”, temos também alterações no website como certamente vai dar conta. Uma das principais novidades passa pela acessibilidade do conteúdo para pessoas com necessidades especiais ou dificuldade de percepção da informação. João Timane nasceu em Moçambique, na cidade de Maputo, em 1991 e presenteia-nos com a obra “O caminho da luz”. José Governo revela o que vai ser o plano de atividades para 2023 da AILD, que será certamente ambicioso como sempre e que acompanharemos com muita curiosidade. Destaque para “Os Encontros PNAID” e a importância de reforçar os laços com as Comunidades espalhadas por esse mundo fora. Invest 351 conhece? É a empresa associada do mês, uma consultora boutique especializada em investimento imobiliário em Portugal. Abrimos as Grandes Entrevistas deste novo ano, com Flávio Martins, Presidente do Concelho das Comunidades Portuguesas. Não perca a leitura! Avançamos para descobrir um novo espaço na Descendências da responsabilidade do Instituto Diplomático, que abre com o testemunho pessoal do Embaixador e Diretor do ID, José de Freitas Ferraz, vivido com o maior sismo registado no Japão. Seguimos pelo Brexit e a Comunidade Portuguesa e chegamos a Angola com uma entrevista a Marinela Cerqueira, fundadora e coordenadora do projeto História Social de Angola – HSA. Viu o “Work in Progress”? Estreou no passado dia 30 de Dezembro, na RTP-Açores e o seu autor e produtor Luís Filipe Borges é o nosso artista em destaque este mês. “Observando” é uma nova rubrica

da responsabilidade do Observatório da Emigração que acreditamos os nossos leitores vão passar a acompanhar a cada edição. Gabriela Ruivo com “teimosia crónica”, promete-nos momentos de leitura únicos não fosse uma premiada escritora que nos encanta em cada parágrafo seu. Espaço às MULHERES: Lilian Bertin abre o espaço das Líderes&Empresárias da autoria da também empresária Sylvie das Dores Bayart, para todas nós partilharmos nas nossas redes sociais! Com tanta chuva neste início do ano Vítor Afonso relembrar as grandes cheias de Lisboa e outras inundações. Deixamos a nossa singela homenagem a António Mega Ferreira pelo seu poema “Esquece-te de Mim, Amor”. Andreia Araújo, Médica Pedopsiquiatra vem alertar para a importância da Saúde Mental Infantil, procurando desmistificar a Psiquiatria Infantil e da Adolecência. A lente de janeiro fica entregue a Nuno Moreira que nos trás versos em forma de imagens. Delicie-se. Seguimos viagem, desta feita rumo ao arquipélago da Madeira e um novo roteiro proposto pela Fatinha Pinheiro. E da “Pérola do Atlântico”, João Costa leva-nos para a “Pérola do mar Jônico” – Corfu. «Porque» ou «por que»? Tem que ler para ficar a saber. A crescente e contínua importância do mercado de criptoativos é a nossa última novidade de 2023, um espaço da responsabilidade da Associação Portuguesa de Blockchain e Criptomoedas. E porque todos contam nesta publicação, Philippe Fernandes apresenta mais uma ferramenta útil para todos nós. Leia e saiba do que estamos a falar. Um Bom Ano Novo para todos os nossos leitores com excelentes motivos de leitura para este mês de janeiro e não se esqueça de participar e nos ajudar a crescer.



Gilda Pereira
Diretora Adjunta

| AILD

Um novo ano cheio de desafios

A AILD termina mais um ano com enorme orgulho e entusiasmo por todas as conquistas alcançadas, mas sem tempo para olhar para trás, porque 2023 trás muitos e novos desafios, e uma enorme agenda de ideias e projetos para concretizar. O fator que mais se destaca é a dimensão que a AILD tem vindo a construir, quer na sua ação e projetos, quer na sua rede que não para de crescer, com membros, associados, colaboradores e simpatizantes, espalhados um pouco por todo o mundo.

Temos constituídas diversas delegações da AILD em diversos países do mundo e para 2023, temos já em curso diversas outras delegações que irão ser criadas e que prometem alargar esta rede viva de portugueses espalhados pelo mundo.

Estas delegações irão permitir não só a partilha entre estas delegações, nos seus diversos países de acolhimento, permitir o estreitar de laços entre estas comunidades e Portugal, mas também, assegurar a rea-

lização de diversas ações culturais, com a marca Portugal.

Esta é sem dúvida a melhor forma de aproximar estas comunidades portuguesas a Portugal e estabelecer relações de partilha, de participação, de discussão de problemas específicos de alguns países, mas também, problemas comuns, partilhar ideias, sugestões, projetos, iniciativas, onde também se inclui uma proximidade cada vez maior no apoio às empresas que podem estabelecer dinâmicas económicas, assim bem como um enorme contributo para a promoção de Portugal no mundo, dos seus produtos endógenos de qualidade e diferenciadores. O ano de 2023 tem assim no seu programa de atividades um conjunto alargado de ações e iniciativas que terão palco não só em Portugal, mas também em diversas delegações da AILD espalhadas por diversos países do mundo.

A AILD pretende ainda continuar a estreitar laços com diversos organismos en-

quanto parceiros para em conjunto poderem acrescentar valor, qualidade, dimensão e cooperação, pois, só desta forma conseguiremos ir mais longe. O desafio a cada momento e a cada ano é melhorar, tendo presente que o movimento associativo é por si só um desafio, mas também, a certeza de ser um espaço privilegiado de cultura e participação cívica e identidade patriótica.

Olhando para a facilidade das palavras do discurso escrito, tudo parece facilidades, mas na verdade não é assim, exige de todos muito esforço, um enorme altruísmo, dedicação, empenhamento, alegria e uma vontade enorme de construir e realizar coisas positivas a favor dos lusodescendentes e comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo. E é por isso mesmo que 2023 será com certeza mais um ano de enormes sucessos, convidando todos a juntarem-se à AILD e a participar deste esforço conjunto, pois, juntos seremos mais fortes e iremos mais longe.

Em 2020 a AILD participou pela primeira vez no Encontro de Investidores da Diáspora, um dos muitos encontros, à data na cidade de Tomar. Em 2021 o encontro não se realizou devido ao COVID, e entretanto, o evento mudou de nome para ENCONTROS PNAID e este ano realizou-se no mês passado em Fátima.

Desta vez a delegação da AILD participou com dois membros, que vieram encantados com a participação, e pesarosos por não ter sido possível participar nos dois dias em que dura este evento.

Os ENCONTROS PNAID – Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora pretendem sobretudo atrair o investimento das comunidades portuguesas no estrangeiro, e favorecer a internacionalização das empresas nacionais, conforme referiu o Secretário de Estado Paulo Cafôfo.

O Secretário de Estado, reconhece que as nossas co-

munidades que vivem no estrangeiro, contribuem para a afirmação internacional de Portugal.

O evento conta com a presença de vários governantes e outros representantes do estado, como de várias entidades públicas e privadas.

Portugal conta enriquecer e dinamizar o país, com a experiência dos portugueses obtidas nos quatro cantos do mundo. O país pode concentrar toda essa experiência para se desenvolver rapidamente.

Existe também a esperança de que tendo a emigração partido da zona interior do país, esta vaga de inovação e empreendedorismo revitalize o interior de Portugal, tão abandonado, envelhecido e desertificado.

Portugal dispõe de Gabinetes de Apoio aos Emigrantes em quase todos os concelhos do país, e atribui o Estatuto de Investidor da Diáspora, para facilitar os

AILD PNAID

projetos de investimento em Portugal. Foi também criada a Rede de Apoio ao Investidor da Diáspora (RAID) para melhorar o acompanhamento desses projetos de investimento.

Quem melhor para desenvolver o interior se não aqueles que tem uma ligação e conhecimento profundo daquela que é a sua terra. Os nossos emigrantes foram à procura de melhor sorte por esse mundo fora, levando Portugal no seu coração, tornaram-se mais portugueses, e mesmo que Portugal não os tenha tratado bem nem estimado, procuram transformar as suas terras, o seu País procurando que os seus descendentes mantenham o vínculo à terra.

O país devia convidá-los a serem mais ativos, não só a investir, mas também a terem uma maior presença e todos os níveis políticos no País. Estima-se que os portugueses que vivem fora de Portugal sejam 5 mi-

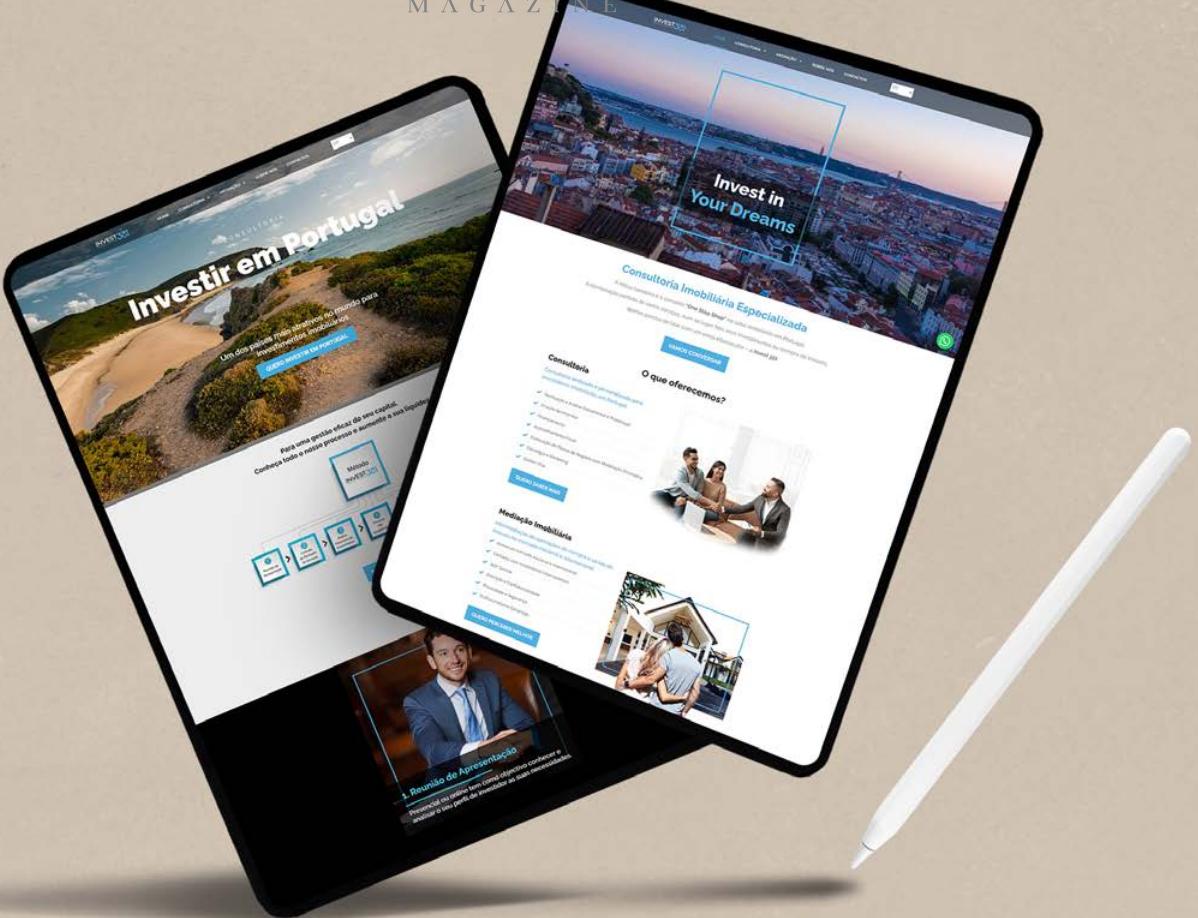
lhões, muitos deles já estão em Portugal. Será que o país assegura corretamente a sua representatividade junto de todos os órgãos nacionais, começando pela Assembleia da República? Este tema merece uma profunda reflexão.

Este PNAID contou com 750 participantes, portugueses e lusodescendentes dos quatro cantos do Mundo. Convidado desde já a todos os lusodescendentes a marcar presença no evento de 2023, cuja data e cidade de realização será partilhada, logo que tenhamos conhecimento.

Se há evento onde temos de estar presentes para investir em Portugal e outros países, é este. Por isso a AILD pretende reforçar os laços das Comunidades com Portugal e entre elas. Somos cidadãos do Mundo e as nossas empresas, negócios têm que ser também cada vez mais globais.



Philippe Fernandes
Presidente da AILD



| E M P R E S A A S S O C I A D A

Invest 351

Poderíamos começar a nossa conversa por conhecer um pouco melhor a história/percurso da **Invest 351** e quais os valores que têm norteado a sua atividade?

A **Invest 351** é uma consultora boutique especializada em investimento imobiliário em Portugal. Regemo-nos pela ética, compromisso, rigor, confidencialidade, inovação, confiança e segurança.

Entendemos que o que é bom para os nossos clientes também é bom para nós, e vice-versa.

Atualmente, quais são os principais serviços/produtos disponibilizados pela vossa empresa e a quem se destinam?

A **Invest 351** opera em 4 áreas de negócio:

- **Investimento:** a **Invest 351** atua ela própria enquanto investidor ativo no mercado imobiliário português, sobretudo no mercado dos imóveis usados, procurando

dar-lhes uma nova vida e recolocando-os no mercado enquanto imóveis “novos” e muito competitivos face aos novos empreendimentos.

- **Consultoria:** a **Invest 351** atua em 3 domínios da consultoria: Viver em Portugal, Investir em Portugal, Valorização de Ativos Imobiliários.

- **Serviços:** Desde a projeto à execução de obras, passando pelo design e decoração de interiores, home staging, certificados energéticos, avaliação de imóveis, ou gestão de ativos para quem apenas pretende ver o seu investimento crescer.

- **Mediação Imobiliária:** centrada sobretudo no cliente comprador e sempre em exclusivo, contamos com uma rede de parcerias que nos possibilita uma larga oferta no mercado nacional e internacional; mas também no cliente vendedor, cujo imóvel poderemos rapidamente difundir por um conjunto de investidores nacionais e internacionais que procuram constantemente novas oportunidades de investimento.



Na sua opinião, o que diferencia a Invest 351 da concorrência e, sobretudo, perante o cliente?

O projeto da Invest 351 está alicerçado no conceito de “one stop shop”. Procuramos distinguir-nos das demais consultoras em 2 pontos essenciais:

- Centramos o negócio no cliente e nas suas necessidades, o que significa que, mais importante do que o valor do negócio, o que nos preocupa verdadeiramente é o valor do cliente. Acreditamos que clientes satisfeitos são o nosso melhor cartão de visita!

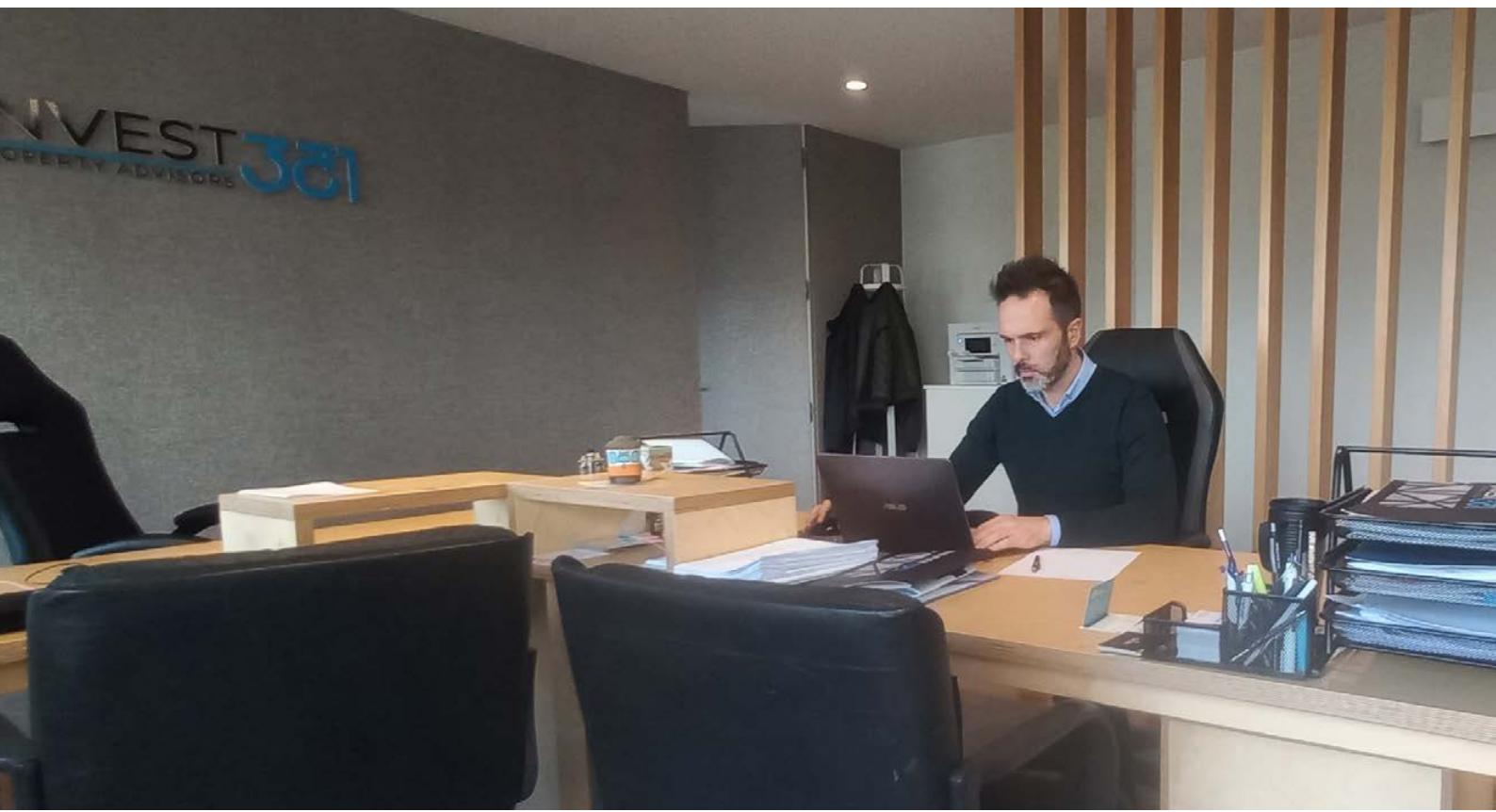
- O facto de oferecermos múltiplos serviços com um único interlocutor. Numa era em que o tempo é o nosso maior ativo, existir a possibilidade de contratar os serviços especializados de uma empresa que trata de tudo com máximo profissionalismo, é sem dúvida diferenciador.

Como avalia atualmente o mercado em que a Invest 351 opera? Quais os principais desafios que se impõem?

O mercado imobiliário atravessa uma fase de grande incerteza. Vivemos entre 2020 e 2021, 2 anos pandemia da Covid-19, nos quais houve algum “arrefecimento” do se-

tor, sobretudo nos setores dos escritórios e da hotelaria. Em contrapartida, durante esse período, e com o aumento do comércio eletrónico, o setor da logística acabou por sair a ganhar, sobretudo na logística de last mile, onde ainda assim existe muito espaço para crescer. Por outro lado, o mercado residencial teve de se reinventar. Com a impossibilidade de realizar visitas presenciais, os operadores criaram novas estratégias de promoção, onde o online acabou por ter um papel crucial com a implementação de visitas virtuais e videochamadas como forma de visitar sem sair de casa.

Em 2022, pese embora o contexto de Guerra na Europa, totalmente inesperado, o ano teve duas metades totalmente distintas: até ao verão, o mercado bateu recordes e acumulou transações, muitas delas que se encontravam on hold dos anos anteriores, permitindo que este seja um dos melhores anos do setor. No entanto, na segunda metade do ano, com a instalação de uma espiral inflacionária e com o aumento dos custos das matérias-primas e, consequentemente, aumento dos custos de produção, o mercado acabou por se ressentir e estagnar. Investidores e privados encontram-se a avaliar as oportunidades e, com a expectativa (não verificada para já) de baixa de preços,



acabam por refrear os investimentos a aguardar por novas definições em 2023. Gerir nessa incerteza é sem dúvida o maior desafio que o mercado enfrenta atualmente.

De que forma tem procurado responder eficazmente a esses desafios e assim contribuir para alavancar este setor?

Na Invest 351, acreditamos no poder da informação enquanto fonte de conhecimento para apoiar a tomada de boas decisões. E como tal, temos procurado munir-nos de toda a informação possível (publicações, relatórios de tendências, talks, webinars), não só do setor onde operamos, mas também de outros que lhe estão adstritos e que o condicionam. Por outro lado, procuramos de igual modo escutar ativamente os insights que possamos recolher dos nossos pares. É por isso fundamental fazer parte do maior número possível de redes de contactos, pois nessa “informalidade” é muitas vezes possível criar novas estratégias que possibilitem gerir melhor esta incerteza que caracteriza presentemente o setor.

Atualmente, quais os principais mercados onde a Invest 351 atua e em que outros deseja marcar presença no futuro?

Para responder a esta questão teremos de dividir pelas áreas de negócio em que a Invest 351 atua. Nos pilares do Investimento, Serviços ou Mediação, o nosso mercado é claramente o nacional; já no pilar da Consultoria, trabalhamos sobretudo no mercado externo, sendo que os EUA acabam por ser o nosso principal emissor. Temos presença em África nos PALOP, no Brasil e na Europa – sobretudo em Espanha, França e Benelux. Acreditamos que existe espaço para crescer em outros mercados, embora entendamos ser fundamental sedimentar a marca nos mercados onde já temos presença e onde ainda existe muito espaço para crescer.

A internacionalização é importante para o futuro da vossa empresa?

A internacionalização é fundamental para a Invest 351. Num mundo cada vez mais global, onde a internet e o comércio livre continuam a quebrar barreiras e a encurtar distâncias, é nosso entendimento que quanto mais depressa as nossas empresas perceberem que atuam num mercado global, mais rapidamente vão poder competir (mas também cooperar) com outros mercados, aprendendo e criando sinergias que nos possibilitem ter mais su-



cesso. A Invest 351 está fortemente imbuída desse espírito. Este é aliás o ADN dos seus sócios-fundadores.

Quais as metas que a Invest 351 ainda pretende alcançar?

A Invest 351 ainda está numa fase de forte crescimento, típica das empresas jovens. Consolidar a marca, quer a nível nacional, quer a nível internacional, criar mais rede de parceiros nacionais e internacionais estão entre os objetivos da empresa para 2023. Do ponto de vista do negócio, procuraremos estar atentos às oportunidades de investimento que vão certamente surgir. Na Consultoria e nos Serviços, pretendemos capitalizar com a “invasão” americana que temos vindo a observar, assim como, de uma forma geral, aproveitar as oportunidades que o regresso do Turismo vai certamente continuar a promover.

O que podemos continuar a esperar da Invest 351 num futuro próximo?

Em 2023 pretendemos reforçar a presença digital da marca, investindo em newsletters e em email marketing, com vista a reforçar a mensagem junto de clientes e parceiros.

Ao mesmo tempo, aproveitar os certames nacionais e internacionais para marcar presença e difundir os serviços da empresa.

A AILD está a criar uma rede internacional de pessoas que se vão poder interligar e colaborar entre si. Como vê este projeto e quais as vossas expectativas?

Na Invest 351, entendemos que o networking é um dos maiores paradigmas do Século XXI. Somos por isso fortemente orientados para o estabelecimento de parcerias e redes de contactos, que nos possibilitem, por um lado difundir o nosso trabalho e, por outro, conhecer o projeto de outras pessoas e empresas, quer no nosso setor de atividade, como em outras áreas de negócio. Criar pontes é sem dúvida uma das nossas principais missões. Entendemos por isso que o projeto da AILD encaixa na perfeição com a visão da Invest 351: temos a ambição de ser uma empresa de referência no setor, e só com fazendo parte de uma rede internacional com o alcance da AILD é que será possível alcançar o nosso propósito. Estamos muito honrados em fazer parte desta Associação e temos fortes expectativas no valor que esta poderá gerar para todos os intervenientes. Bem hajam.



GRANDE ENTREVISTA

PRESIDENTE DO CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

FLÁVIO MARTINS



As Comunidades Portuguesas são um importante ativo para Portugal e para os seus territórios, além de verdadeiros promotores e embaixadores do nosso país no mundo. Ninguém as conhece melhor que o Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP), o órgão consultivo do Governo para as políticas relativas às Comunidades Portuguesas no estrangeiro. Como tal, estivemos à conversa com o seu Presidente, Flávio Martins, que em entrevista nos deu a conhecer a realidade deste Conselho, os seus desafios e objetivos, e o importante trabalho que vem desenvolvendo no apoio e defesa dos interesses das Comunidades Portuguesas espalhadas pelo mundo.



© Tiago Araújo

Conta com um vasto currículo profissional de onde se destacam, entre muitas outras experiências, a passagem pela Presidência da Casa do Distrito de Viseu do Rio de Janeiro ou ainda da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para começar a nossa conversa pergunto-lhe: quem é Flávio Martins?

Sou um cidadão português e brasileiro, de dupla nacionalidade, nascido no Rio de Janeiro. Os meus pais emigraram para o Brasil na década de 50 e sou filho de uma família de classe média. Estudei a vida inteira em instituições públicas, o que também caracteriza um pouco a minha formação. Fui sempre, desde cedo, muito ligado às questões relacionadas à Comunidade Portuguesa no Rio de Janeiro. A minha liga-





ção às Comunidades Portuguesas começou quando passei a frequentar a Casa do Distrito de Viseu, não por conta da região, mas sim porque ficava próxima da minha casa. Depois, os meus pais acabaram também eles por passar a frequentar essa associação, tendo o meu pai sido, inclusive, presidente da Casa do Distrito de Viseu. Para além disso, também integrei desde cedo o rancho folclórico e sempre estive também muito ligado às questões da cultura popular portuguesa. Aliás, ainda hoje integro o corpo técnico da Federação de Folclore de Portugal, onde atualmente desenvolvo as minhas atividades associativas.

No que diz respeito à minha vida profissional, sou Licenciado em Geografia e também em Direito. Fui professor de Geografia durante algum tempo, mas acabei por passar a exercer advocacia. Ao longo de toda a minha vida, tenho procurado desempenhar da melhor forma possível a minha atividade como cidadão. Sou uma pessoa muito ligada ao seu núcleo familiar, casado e pai de duas filhas, que estão também já muito envolvidas com as questões portuguesas e com a Comunidade Portuguesa no Rio Janeiro. Acho que consegui passar esse legado para elas. No fundo, sou uma pessoa totalmente comum, que apenas procura desempenhar as suas atividades com dedicação.

Assume a Presidência do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) desde 2016. Que balanço faz desta experiência à frente do Conselho Permanente do CCP?

Considero o balanço é positivo, por vários aspectos. Primeiro, porque hoje temos um Conselho mais coeso. Anteriormente, haviam posições distintas que, pelos relatos que escuto, não fortaleciam o

Conselho, muito pelo contrário. Isto não significa que hoje não tenhamos divisões, pensamentos divergentes, mas isso nós guardamos para a internalidade do Conselho. Em segundo, porque hoje conseguimos realizar reuniões online, remotas, a cada mês e temos produzido assim uma vasta série de documentos do CCP. Inclusive, compusemos um grupo de trabalho e conseguimos resgatar, em função dos 40 anos, um pouco da história do Conselho. Pelo que sei nunca ninguém tinha conseguido reunir isso. Hoje, temos esse vasto material documentado no nosso site. Em terceiro, porque o Conselho tem hoje maior visibilidade. Temos conseguido promover bons diálogos com diversos órgãos, partidos políticos e não só. Esta é uma avaliação partilhada também pelos meus colegas de Conselho. Aliás, talvez eles até pudessem responder a essa questão com mais isenção do que eu. Mas, sem dúvida, que considero o balanço desses anos ser muito positivo.

Em julho de 2022, foi reeleito como Presidente do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas. Quais os principais desafios que se esperam neste mandato?

O primeiro desafio, penso que está posto: precisamos ter uma estrutura que possamos utilizar. Embora hoje tenhamos, evidentemente, o apoio da Secretaria e da própria DGACCP, temos escutado, inclusive dos próprios partidos políticos com quem temos conversado, a importância de termos essa estruturação. Assim, o primeiro desafio passa, então, por ter uma estrutura melhor que nos permita desempenhar um pouco melhor as nossas atividades.

O segundo desafio passa por dar ainda mais visi-



© Tiago Araújo

bilidade ao Conselho. Sabemos que existem, certamente, muitas pessoas, inclusive nas Comunidades Portuguesas, que desconhecem a existência do Conselho. Isso é algo em que precisamos mesmo trabalhar. No entanto, penso que este não deverá ser um trabalho só nosso, mas sim um trabalho conjunto. Devemos dar mais ênfase às Comunidades Portuguesas e desmistificar a retrógrada ideia de que os emigrantes são portugueses que não deram certo no seu país.

Recentemente, afirmou que Portugal precisa olhar com mais atenção para os problemas que os emigrantes atravessam. Na sua opinião, quais são atualmente as principais dificuldades que as comunidades portuguesas enfrentam?

Estruturalmente, diria que o grande problema é conseguir fazer com que as pessoas lá fora sintam que também fazem parte de Portugal, que pertencem ao seu país. Este não é um desafio deste ou daquele Governo, é sim um desafio permanente, um desafio de Estado. Se por um lado temos

hoje um milhão e meio de eleitores portugueses espalhados pelo mundo, por outro lado, pouquíssimos são aqueles que se sentem, de facto, ligados a Portugal. Assisto muitas vezes que, quando precisamos pensar em alguma coisa para as comunidades, as ações partem de pessoas que vivem em Portugal e que nunca viveram lá fora. Como é que alguém pode falar, plenamente, a respeito de algo que não sentiu, que não viveu? Esse é o primeiro grande problema, que merece a nossa total atenção.

Em termos conjunturais, não nos podemos esquecer que acabámos de passar por uma pandemia e se isso ainda repercute em Portugal, o mesmo acontece nas comunidades. É verdade que hoje temos pessoas que vivem dificuldades sociais e económicas, e que são, na grande maioria das vezes, invisíveis para o resto da sociedade. O movimento associativo e empresarial lá fora também tem vivido sérias dificuldades. Portanto, parece-me que há aqui dois aspetos. Um mais transversal, permanente e estrutural, e outro decorrente do período que vivemos recentemente. Nós sabemos que Portugal não vai nem consegue resolver isto tudo,



© Tiago Araújo

por se tratar de uma comunidade muito forte e espalhada pelo mundo. Trata-se de uma grandiosidade que o Estado, naturalmente, não consegue abarcar. Acho que temos de ir caminhando e resolvendo esses problemas aos poucos.

Indicou que, em certos casos, esses problemas se poderiam solucionar com mais organização e empenho do Estado. Necessitamos dar mais voz às comunidades portuguesas e que elas sejam mais “ouvidas” em Portugal?

Considero que esse seria um caminho. Se me perguntarem: com isso conseguimos resolver todos os problemas? Provavelmente, não. No entanto, não deixa de ser um possível caminho a seguir, não apenas por meio do Conselho das Comunidades Portuguesas, mas também por outras redes que se têm, formado nos últimos anos.

O CCP continua em desacordo com o Governo em relação ao ensino do português no estrangeiro. Como sabemos, a Língua Portuguesa tem um papel agregador e de coesão da

nossa identidade. É um fator de unidade nacional, em particular nas nossas comunidades espalhadas pelo mundo, sendo muito importante o investimento do seu ensino no estrangeiro, em particular aos lusodescendentes. A promoção de um dos elementos dessa afirmação, a nossa língua, deve ser uma das principais missões do Governo?

Sim. Como sabemos, qualquer língua, qualquer idioma, tem várias matrizes. No caso do Português Europeu temos verificado que, nos últimos anos, vem sendo utilizado maioritariamente como uma segunda língua. Nós consideramos, e em especial os meus colegas que não vêm de Países de Língua Oficial Portuguesa, que deveria ser dada uma importância mais económica ao Português, na área científica e empresarial. Para além disso, é também necessário dar ao Português a função de fazer a ligação cultural das pessoas com o país. Se as pessoas não se sentirem ligadas a Portugal, teremos muitas pessoas que apenas são portuguesas “no papel” e não na alma, não no sentimento. Acho que isso deveria ser uma preocupação, mas entendemos que



© Tiago Araújo

esta não tem sido uma preocupação apenas deste Governo. Nos últimos anos, qualquer que seja a cor partidária, temos percebido que esta é cada vez menos uma preocupação. Há muito mais uma preocupação com os negócios estrangeiros do que com as Comunidades Portuguesas.

O Plano de Recuperação e Resiliência terá um papel extraordinário neste esforço de consolidação do ensino do português no estrangeiro. Mas será suficiente?

Qualquer reforço é bem-vindo. Será certamente uma ajuda, mas se me perguntar se será suficiente? Não sei. Acho que

a resposta a essa questão dependerá da forma como serão implementadas as políticas que virão. Vamos aguardar, mas estaremos atentos a isso.

Em carta enviada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal voltou a cobrar ao Estado português o cumprimento do acordo de resolução, assinado em setembro deste ano, que visa solucionar a questão da desfasagem dos ordenados da rede consular lusa no Brasil. Quais as informações que o Conselho das Comunidades Portuguesas tem acerca do ponto de situação desta problemática?



© Tiago Araújo

Zero. As informações que me chegam são trazidas pelos trabalhadores dos postos consulares no Brasil. As minhas manifestações, e faço questão de escrever isso, têm sido como qualquer outro conselheiro. Eu não falo em nome do Conselho Permanente, nem assino como Presidente do Conselho Permanente. Tenho-me manifestado, sempre, individualmente acerca de uma situação local. Esta não, certamente, uma situação impactante em outras comunidades, mas no Brasil é e eu tenho acompanhado esta realidade. Já tive a oportunidade de falar com o Presidente da República, que tem acompanhado estas questões, e tivemos também a oportunidade de conversar com o Secretário das Comunidades sobre este assunto.

As informações que nos chegam são que houve um acordo, aceite pelas partes. E como sabemos, acordo bom é aquele que é feito e cumprido. Se as pessoas chegaram a um acordo foi porque abriram mão das suas posições iniciais. Houve a promessa de que haveria uma Portaria, assinada pelo Sr. Ministro das Finanças, para que houvesse esse pagamento, inclusive retroativo, até ao mês de janeiro deste ano. O que se passou é que isso não aconteceu.

Estamos a falar de pessoas que deixaram, por exemplo, de pagar o seu Plano de Saúde, tiraram os seus filhos da escola particular, ou deixaram de ter dinheiro para pagar as suas contas de luz, água e gás. Isso é muito preocupante. Já não estamos a falar de direitos laborais, estamos a falar de direitos da dignidade dessas pessoas. Como é que estas pessoas prestarão um serviço, em representação do Estado Português, adequado? É uma situação terrível para eles e assimétrica, uma vez que, não está a acontecer com todos os trabalhadores no Brasil. Há informações de que alguns trabalhadores nos postos consulares, conforme a sua função, continuam a receber com o câmbio atualizado. Ou seja, para além de haver uma discrepância, uma assimetria, com outros trabalhadores em outros países, há também em relação a outros trabalhadores do Brasil.

Para além disso, a pandemia trouxe ainda dificuldades acrescidas ao nível do funcionamento dos postos consulares. Esta é uma situação que necessita ser acompanhada com proximidade e atenção?



© Tiago Araújo

Há determinados temas que são recorrentes. E são recorrentes porque nunca foram efetivamente resolvidos. Este é um deles, um dos temas que há 40 anos o Conselho das Comunidades Portuguesas tem procurado tratar.

O funcionamento dos postos consulares acaba por ser a presença do Estado Português nos serviços para as comunidades. Percebemos que há cada vez mais afluência aos serviços dos postos consulares, o que demonstra que as pessoas têm interesse por Portugal. No entanto, apesar desta demanda ter aumentado a oferta do serviço dos postos consulares tem retorcido. Apesar de já ter havido melhorias e os Governos se terem mantido atentos a isso,

ainda não é suficiente. É claro que há situações mais críticas que outras, mas consideramos que deveriam ser implementadas medidas com vista à resolução desta problemática como, por exemplo, diminuindo a necessidade das pessoas de se dirigirem aos postos consulares. Temos defendido há algum tempo, por exemplo, o aumento da validade do Cartão de Cidadão e, desde 2018 que isso já ocorre para quem tem mais de 25 anos. Temos defendido também a possibilidade do passaporte ter uma validade ampliada de cinco para dez anos. Acho que isso desafogaria um pouco a necessidade das pessoas recorrerem tanto aos serviços dos postos consulares.



© Tiago Araújo

Já há um trabalho a ser feito nesse sentido, nomeadamente, com a criação da Plataforma Consular. E neste seguimento, acho importante ressalvar que, desde a época da Dra. Berta Nunes e do Embaixador Júlio Vilela, que temos apresentado a nossa total disposição para colaborar com algum tipo de informação ou proposta que possa melhorar a utilização da plataforma pelas comunidades. É como já disse: ninguém conhece melhor a vida das comunidades do que aqueles que já viveram ou vivem lá fora. Queremos que a nossa experiência ajude, se for o caso, a melhorar.

Em novembro, lamentou que a mudança na Lei que regulamenta o Conselho das Comunidades Portuguesas e com a qual todas as forças políticas concordam, ainda não tenha saído do papel. Na sua perspetiva o que tem motivado o atraso na efetivação desta mudança?

De todas as propostas que já apresentámos, talvez a que cause mais apreensão, tanto em quem está no Governo como em outros partidos da oposição, é a questão do voto eletrónico. Para mim, é a única grande questão que pode estar a causar dúvidas em alguns grupos políticos. Não lhes sei dizer neste momento, com toda a certeza, quais os motivos para que ainda não tenha sido efetivada essa mudança. Uma coisa é certa, quando estivemos em Portugal, em julho, foi-nos dito que todos concordavam que para irmos a eleição no CCP era fundamental que houvesse alteração da lei, adaptando o CCP à nova realidade das nossas comunidades, e que isso avançaria nesta legislatura, a partir de setembro. Como nada aconteceu, procuramos informações sobre o que poderia estar a ocorrer para essa demora, o que não nos foi respondido por quem quer que fosse. Entretanto, conversámos também com alguns grupos parlamentares e, na própria segunda comissão e na reunião da segunda



© Tiago Araújo

comissão, foi-nos dito que, tanto o PS como o PSD, avançariam e apresentariam até ao final do mês, no caso do PSD, e até ao final do ano, no caso do PS, as suas propostas de alteração à lei. O que pedimos, então, nessa reunião da segunda comissão, foi que avancem rapidamente para que até junho possamos ter isso aprovado e ir a eleição no segundo semestre do próximo ano. Esperemos que isso, efetivamente, ocorra para que possamos virar essa página.

O arrastar das conversas em torno deste propósito preocupa-o. Quais as implicações que este atraso poderá ter?

Mais do que as implicações que já ocorreram é impossível. É muito ruim para quem hoje integra o CCP ter que ouvir a toda a hora um comentarista a reclamar que o mandato

nunca mais termina. Primeiro, não nos tiram a legitimidade. Até porque não somos nós que convocamos e organizamos as eleições, mas acho que é uma crítica que não precisávamos escutar neste momento. Evidentemente, nós éramos para ter ido a eleições no primeiro semestre de 2020, mas em março veio a pandemia e tivemos que ficar quase dois anos num compasso de espera. Depois, estava tudo indicado para que as eleições ocorressem no primeiro semestre deste ano, mas por causa do Orçamento não ter sido aprovado e o Governo ter ido abaixo houve a necessidade de haver eleições antecipadas. Contudo, acredito que não há mais porque esperar.

Com lugar cativo na agenda do CCP está também a discussão de uma ampliação dos representantes das comunidades



© Tiago Araújo

portuguesas. Assim, o CCP propõe um aumento do número de deputados eleitos pelo círculo da emigração, uma vez que houve um crescimento do número total de eleitores (para 1,5 milhões) na emigração. Podemos afirmar que o, atual, número de deputados existente não é representativo das comunidades portuguesas de hoje?

Nós temos há 40 anos o mesmo número de deputados. São quatro deputados e dois círculos, independentemente de quantos eleitores existem hoje lá fora. Esta é uma reivindicação que temos apresentado. Consideramos importante que haja esse incremento, não apenas pelo facto de hoje termos cinco vezes mais eleitores do que tínhamos há seis/sete anos, mas também porque as comunidades têm se apresentado como um aspeto importante, não apenas para a vida social, mas para a vida económica e política. Apesar de termos consciência de que o número não é representa-

tivo, deixaremos isso para deliberação soberana da Assembleia da República. É claro que não é aumentando o número de deputados que as comunidades portuguesas deixarão de ser sub-representadas, mas já é um começo.

Muitas pessoas dizem que temos um absentismo muito grande lá fora e que não se deve considerar apenas o número de eleitores, mas sim o número de pessoas que votam. Ora, na última eleição para a Assembleia da República, tivemos tantos votos quanto a maior parte dos círculos eleitorais em Portugal. Portanto, não estamos só a falar do número de eleitores, mas do número de votantes, efetivos. E nós temos um grande número. Sei que a maioria dos grupos parlamentares concorda que deveríamos aumentar o número de deputados representantes das Comunidades Portuguesas e nesse caminho propusemos também o aumento do número de conselheiros do CCP.

Hoje, é incontornável falar do impacto da pandemia e, mais recentemente, da guerra na Ucrânia tiveram e continuam a ter nas comunidades portuguesas que vivem no estrangeiro. Recentemente, alertou que a vida dos emigrantes, nomeadamente fora da Europa, “piorou bastante” e que há associações que arriscam nunca mais abrir, deixando incerto o destino do seu património material. Qual é atualmente a realidade conhecida pelo CCP?

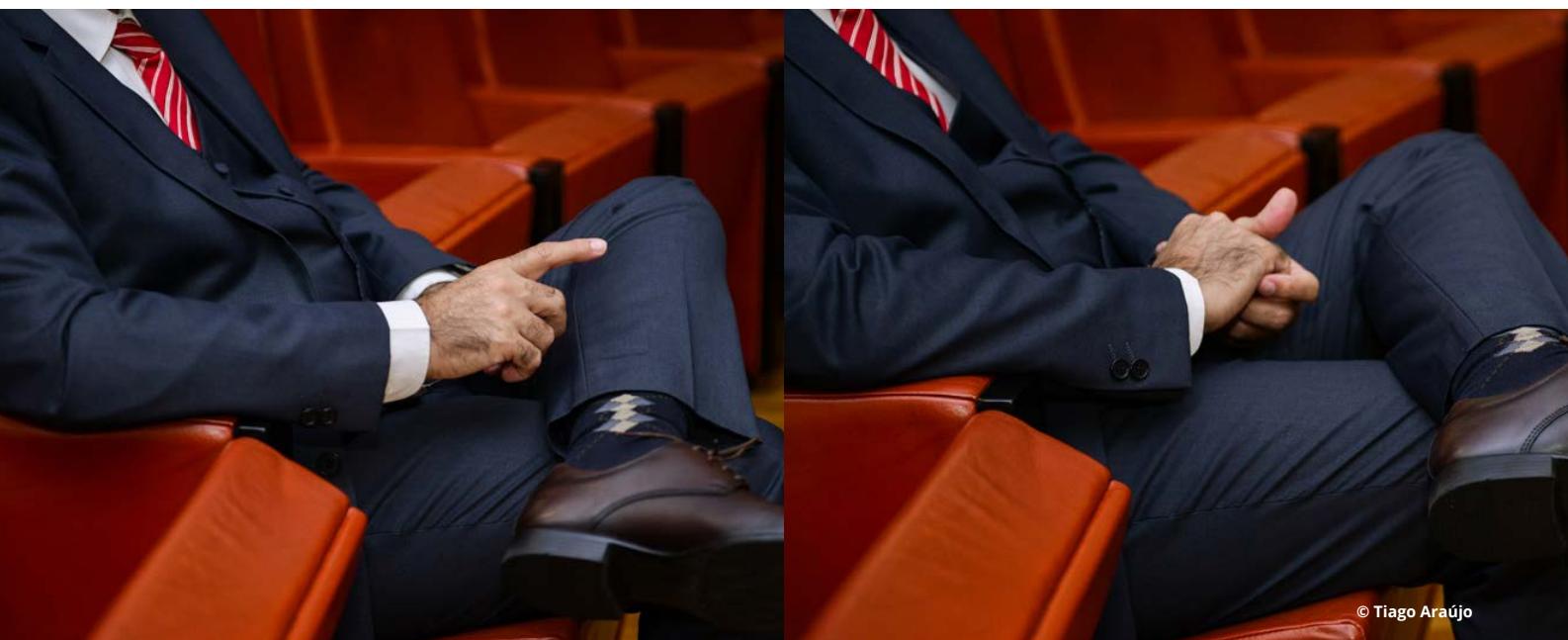
Temos conhecimento que algumas associações tentam hoje voltar às suas atividades. A grande parte delas não tem conseguido e algumas delas não conseguiram ainda voltar para aquilo que havia antes. A verdade é que não nos podemos esquecer que antes já havia uma crise, especialmente fora da Europa. Ao analisarmos o fluxo migratório de Portugal, percebemos que hoje é bem mais reduzido para países fora da Europa e que, quando ocorre, apresenta um perfil diferente. Falamos de pessoas que vão trabalhar, viver ou estudar noutro país, mas que desejam voltar a Portugal. Normalmente, estas pessoas não costumam participar nos movimentos associativos, o que resulta, obviamente, em problemas para as associações. Ou seja, a crise já existia, a pandemia apenas veio aumentar ainda mais esta situação. Perante esta realidade, não podemos deixar de considerar que as pessoas que vivem este movimento associativo, talvez tenham responsabilidades em relação a isso. Provavelmente, não fizeram bem o seu trabalho. Não deram a conhecer este espírito associativo a outras gerações, não lhes transmitiram a vontade de participar e de fazer parte deste movimento. Perante isto, hoje grande parte das associações que existem lá fora estão envelhecidas e o mais certo é que daqui a uma década ou duas acabem, mesmo, por desaparecer. Isto é preocupante, porque se o património material é importante, o imaterial é insubstituível.

Na sua opinião, urge repensar medidas com vista a minimi-

zar esta situação? Por onde deveria passar essa estratégia? Se há um problema devem ser pensadas soluções. Uma solução que tenho defendido muito é a unificação, a fusão dessas associações. Na minha cidade, pelo menos, tenho falado bastante nos últimos anos sobre esta ideia. Acredito que este seria um caminho. Outro, seria passar esse legado para os mais jovens. No entanto, é necessário saber, antes de tudo, se as pessoas estão interessadas em passar esse legado e se os mais jovens estão interessados em recebê-lo. Não nos podemos esquecer que a vida associativa há 20 anos era muito diferente do que é hoje. Se antigamente, eram as pessoas que se dirigiam às associações, hoje grande parte delas já não sente necessidade de o fazer, porque tem outros interesses. Temos que repensar tudo isso e delinear o melhor caminho a seguir.

De que forma o trabalho desenvolvido por entidades e associações como é exemplo a Associação Internacional dos Lusodescendentes e a revista Descendências Magazine, que têm contacto privilegiado com um público abrangente, nomeadamente com as comunidades portuguesas, se reveste de extrema importância numa altura como esta?

Essas estruturas são muito importantes para as comunidades, porque fazem com que haja intercomunicação e porque valorizam e trazem uma visão, para além daquela estereotipada, do que são as comunidades. São importantes, porque ajudam a revelar que também nas comunidades temos potencialidades, temos diversidade. Por isso é que defendo que devia haver maior interesse por parte dos órgãos de comunicação em relação às comunidades. Eles, juntamente, com as associações têm um papel determinante para as comunidades, porque permitem dar a conhecê-las. Necessitamos deixar de lado aqueles estereótipos, aquela visão consolidada e, diria até, “engessada” que temos em





© Tiago Araújo

relação às comunidades. Precisamos conhecer mais sobre elas e, sobretudo, valorizá-las.

A Associação Internacional dos Lusodescendentes inaugurou recentemente uma nova delegação, desta feita em São Paulo, Brasil, com o objetivo de fomentar projetos nas áreas de cultura, educação, voluntariado e negócios, além de promover a troca de informações entre as associações das diferentes comunidades portuguesas que já existem no Brasil. Qual a importância que este passo representa para toda a comunidade portuguesa presente no país?

Acho importante, porque será mais uma rede a funcionar no sentido de agregar os diversos perfis que hoje fazem parte das Comunidades Portuguesas. Ter uma representação da Associação Internacional dos Lusodescendentes no Brasil, ou em qualquer outro país, é muito importante porque permite agregar diversas áreas, diversos conhecimentos, diversas experiências.

Que mensagem gostaria de deixar a todos os nossos leitores, em especial, aos milhões de portugueses espalhados pelo mundo?

Primeiro, gostaria de agradecer a parceria que a Associação Internacional dos Lusodescendentes e a Descendências Magazine têm mantido connosco e que tem sido extremamente importante para a divulgação dos nossos temas, da nossa voz.

Em relação às comunidades, gostaria de dizer que elas precisam sentir-se valorizadas. Não porque isso seja um favor de Portugal, mas porque isso deveria ser, e é, um dever de Portugal, da sociedade portuguesa. As comunidades também são parte da sociedade portuguesa. São pessoas que, apesar de naquele momento, ou durante algum tempo, estarem geograficamente noutra área, mantém os interesses, os sonhos, e o objetivos da Comunidade Portuguesa, de Portugal e da chamada “portugalidade”.



| D I P L O M A C I A

Fukushima

Às 14h46 de 11 de Março de 2011 teve lugar o maior tremor de terra registado na história do Japão: um sismo de 9,1 de intensidade que deslocou partes da ilha de Honshu 2,4 metros em direção aos Estados Unidos, alterou em 10 cm a inclinação da terra sobre o seu eixo, aumentando ligeiramente a sua velocidade de rotação. Não seria diretamente o sismo, mas o seguinte maremoto que iria causar mais de vinte mil mortos,

milhares de feridos, 220 mil deslocados e perdas económicas que o Banco Mundial cifrou em 235 mil milhões de USD, tornando-o no mais oneroso desastre natural de sempre.

Tinha chegado ao Japão três semanas antes para assumir a chefia da nossa Embaixada, estando ainda na fase de visitar o maior número de interlocutores no menor espaço de tempo. Os diversos encontros dessa manhã tinham-

se arrastado e acabei por só entrar no meu gabinete já passava em muito das duas quando o tremor de terra começou e foi progressivamente aumentando durante dois longos minutos provocando tanto a queda dos quadros das paredes, como os écrans dos computadores, até que uma enorme e pesada peça de cristal da Atlantis saltou de uma prateleira e estilhaçou-se no chão a vários metros da estante que adornava.

Pouco a pouco, como em câmara lenta, a amplitude brutal dos solavancos foi diminuindo e, quando tudo terminou, tomámos a decisão de ir para o recreio de uma escola muito perto da Embaixada, a zona prevista de evacuação em caso de sismo violento. Levámos connosco um telefone satélite - os telemóveis tinham deixado de funcionar - para poder avisar o Ministério do que tinha acontecido e solicitar a reunião imediata do núcleo de crise. De regresso à chancelaria verificámos que os estragos eram grandes, só a rede fixa ainda funcionava e assistimos na televisão, que transmitia a partir de um helicóptero, à chegada em direto do tsunami à costa de Honshu começando a ficar claro para todos nós a magnitude do desastre. Com um grupo de funcionários expatriados, resolvemos então ir para a residência para iniciar os contactos com os portugueses que residiam na zona mais afetada, dando aos colaboradores japoneses a possibilidade de começarem a longa caminhada para casa, numa cidade onde os transportes públicos tinham deixado de funcionar e o trânsito tendia a transformar-se num caos absoluto. O sismo teve lugar na sexta-feira e logo no sábado, a meio da tarde, começaram a surgir as notícias de que a central nuclear de Fukushima se debatia com problemas graves dado todos os sistemas de refrigeração, incluindo os de emergência, terem sido danificados pelo tsunami, o que salvou na fusão do núcleo de três reatores

e no maior desastre nuclear de sempre cujas consequências ainda perduram. Iríamos demorar vários dias para ter a certeza de que todos os portugueses no Japão se encontravam bem e foi igualmente difícil - algumas companhias tinham deixado de voar para Tóquio e a procura para sair do país era enorme - repatriar os nacionais que se encontravam no Japão em viagens de trabalho ou de turismo. Pouco a pouco a cidade foi-se esvaziando, o que se acentuou quando surgiu o alerta oficial para não consumir água da torneira, aviso infundado que quase se saldava numa onda de pânico.

Entre a proteção dos nacionais, as reuniões no Ministério dos Negócios Estrangeiros, as coordenações da União Europeia e as solicitações dos meios de comunicações nacionais, 24 horas mal chegavam para dar resposta às necessidades, tudo agravado pela diferença horária entre Lisboa e Tóquio (+9 Horas).

Registrar-se-iam milhares de réplicas do sismo inicial durante os seis meses seguintes, centenas das quais muitos fortes, sendo sempre o chocar dos caixilhos das janelas que alertava para a iminência de um tremor de terra. Num momento de maior calma reli uma carta que o Padre Luís Fróis enviou do Japão em 1569 descrevendo um tremor de terra e um maremoto que assolou a zona de Oita a mais de mil km de Tóquio. O missionário refere que numa noite sem vento "chegaram as ondas com muito barulho e estrondo" lavan-

do tudo e regista que se salvou "o Braz" de Okinohama, mas a ilha onde ele vivia com a família tinha desaparecido para sempre.

Os japoneses aprendem na escola que chegámos ao Japão em 1542, ali ficámos quase durante um século, introduzimos a medicina ocidental - efetuando as primeiras operações, criando uma escola de medicina e construindo os primeiros hospitais - as armas de fogo que iriam permitir a unificação do país, introduzimos novas técnicas de pintura, de navegação e centenas de palavras ainda hoje de uso corrente (pan, bidro, etc). Para os japoneses continuamos a ser os descendentes dos primeiros ocidentais que chegaram ao país e os colocou em contacto com a modernidade de então, através de transferências tecnológicas que foram aperfeiçoadas nos anos seguintes.

Mantém-se vivo na sociedade civil japonesa um enorme carinho pelo nosso país que é potenciado pelas dezenas sociedades de amizade luso-nipónicas espalhadas pelo Japão, todas fundadas, financiadas e dirigidas por japoneses que ativamente promovem a nossa história e a nossa cultura.

Ao contrário do que é aqui voz corrente, existe interesse e admiração pelo nosso país no estrangeiro, como o Engº António Guterres pode constatar na campanha que efetuou nos três continentes para o cargo de SG quando afirmou: "poucos aqui têm consciência da enorme boa vontade que existe no mundo relativamente a Portugal".



José de Freitas Ferraz
Diretor do Instituto Diplomático

| CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

O Brexit e a Comunidade Portuguesa



No Reino Unido vivem atualmente mais de 250.000 cidadãos portugueses, que constituem uma proporção significativa da população imigrante do País.

A emigração Portuguesa é antiga. Das mais antigas emigrações europeias. Felizmente ainda encontramos cidadãos Portugueses que emigraram para o Reino Unido nos anos 60, quando as dificuldades para a sua entrada eram extremamente difíceis. Nessa altura, as razões para a sua vinda tinham a ver com situações políticas na maioria dos casos e para fugir à guerra em África.

Nos dias de hoje é diferente. Os cidadãos portugueses optam por se mudar para a Grã-Bretanha por outras razões, nomeadamente por razões económicas, mas, sem esquecer que estudar em instituições de ensino consideradas de classe mundial, seguir as muitas opções de carreira disponíveis no país ou juntar-se a amigos ou familiares que já residiam no país são razões muito fortes para a sua vinda. Com o Brexit tudo mudou. E, após o fim do período de transição estabelecido e a saída do Reino Unido da União Europeia, a imigração entre Portugal e o Reino Unido mu-

dou drasticamente. A principal mudança é a que tem a ver com a liberdade de circulação entre o Reino Unido e os países da EU que terminou oficialmente em 31 de dezembro de 2020. Isso significa que, para se mudar para o Reino Unido, os cidadãos portugueses são obrigados a obter um visto que lhes permita entrar no país.

As principais consequências que se observam facilmente são a escassez de mão de obra para tarefas onde a predominância da comunidade Portuguesa era substancial, a dificuldade de recrutar trabalhadores especializados na área da restauração e a debandada que se observou de centenas de famílias que preferiram ir viver de novo para Portugal, tendo em vista a evolução nos cuidados de saúde e proteção social. Aliás Portugal já era considerado um dos melhores Países Europeus para as pessoas em idade de reforma.

Mas quem sofre mais com a situação atual são as muitas empresas detidas por Portugueses, que tinham na mão de obra de trabalhadores Portugueses a sua fonte de recrutamento principal.

Embora seja mais difícil para os cidadãos portugueses fazer do Reino Unido sua casa agora, ainda é muito possível e há uma ampla gama de vistos aos quais os cidadãos de Portugal se podem qualificar. Pode ser mais fácil para os cidadãos portugueses estabelecerem-se no Reino Unido, graças às muitas comunidades portuguesas espalhadas pelo país. Incluindo o popular “Little Portugal” em Lambeth, Londres, onde residem cerca de 27.000 cidadãos portugueses, a área traz um pouco de Portugal para o Reino Unido e não se sinta muito longe de casa.

Cidadãos da UE que já viviam no Reino Unido antes de 1 de janeiro de 2021, no entanto, podem não ser afetados pelas mudanças na imigração. O Acordo de Saída garante que os direitos dos cidadãos portugueses, juntamente com outros cidadãos da UE que vivem no Reino Unido, sejam protegidos. Quem residia no Reino Unido antes desta data pode ser elegível.

Cidadãos da UE podem solicitar status pré-estabelecido ou estabelecido no EU Settlement Scheme no site gov.uk. O status de residente geralmente é concedido àqueles que viveram no Reino Unido por mais de 5 anos, pré-estabelecido será concedido àqueles que viveram no Reino Unido por menos de 5 anos. Aqueles com status pré-estabelecido posteriormente poderão solicitar o status estabelecido depois de cumprirem o requisito de 5 anos.

O Brexit foi uma alteração radical tanto para as comunidades afetadas como para o próprio Reino Unido, que sente já, de uma forma severa, o corte que quis fazer com a EU.

Dificuldades de mão de obra para trabalhos que estavam entregues a migrantes do leste europeu, fronteiras fechadas e custos na troca de mercadorias, escassez de produtos, barreiras alfandegárias com muita burocracia que deixa as empresas em polvorosa, isto com a crise pandémica que foi por isso mais severamente sentida nas ilhas britânicas, a crise financeira que se seguiu e a inflação galopante que está para ficar e exigirá grandes esforços de todos os cidadãos.

Brexit foi o começo de um pesadelo. Que está aqui. Que todos sentem. Que todos vão ter de pagar, a maioria sem ter sido culpada de nada.



António Cunha
Conselho das Comunidades Portuguesas



HISTÓRIA SOCIAL DE ANGOLA
Marinela Cerqueira

Marinela Cerqueira é licenciada em Economia pela Faculdade António Agostinho e Neto, Pós graduada em Administração e Gestão de Desenvolvimento, pioneira do setor de micro finanças angolano, fundadora e coordenadora do projeto História Social de Angola - HSA, que tem como principal objetivo coletar memória oral dos angolanos e disponibilizar conteúdos aos construtores da história social de Angola no período Pós Independência e autora do livro “A Juventude Angolana no Período Pós Colonial: Contribuição a Análise Qualitativa”.

Comecemos a nossa conversa por conhecer um pouco melhor quem é Marinela Cerqueira e em que momento se começou a interessar por estes temas?

Nasci em Cacolo na província da Lunda Sul em Angola, passei a infância na região cafeícola de Calulo, filha da única enfermeira naquele localidade e do Oficial do Registo Civil, cresci a brincar com crianças da escola primária e da missão católica, a observar as diferenças sociais entre as populações locais, entre fazendeiros portugueses e alemães e a actuação da administração pública colonial.

Passei o resto da minha vida em Luanda e sou descendente das gerações que lutaram pela independência e participei activamente em acções sociais em várias fases do desenvolvimento do meu país.

A tradução de artigos de imprensa sobre a guerra, as viagens pelo mundo e o trabalho com comunidades excluídas dos municípios do Sambizanga, Cazenga e Kilamba Kaxi na capital angolana levaram-me a reviver algumas desigualdades que pude observar em criança.

Até estudar Administração e Gestão de Desenvolvimento na Universidade de Manchester no Reino Unido estava convencida sobre a irreversibilidade da pobreza dos países em desenvolvimento. Esta experiência académica incluiu a visita de estudo ao Sri Lanka, estudar o projecto de desenvolvimento do Dubai, etc., demonstraram rumos ao desenvolvimento integrado. Portanto, estes temas sempre estiveram presentes e o meu “alarme social” tocou em 1998.

Quando é que surgiu o interesse pela história social de Angola?

Quando o meu tutor Sam Hicks chamou a atenção sobre a falta de “bom” material académico para teses sobre a maioria dos países africanos e defendeu usar este período de escrita para aprimorar o conhecimento sobre outros países, pois teria o resto da minha vida para estudar e escrever sobre Angola, em 2003 a biblioteca do Instituto de Políticas e Gestão de Desenvolvimento - IDPM (na época uma das três maiores instituições de estudo e investigação de desenvolvimento) se limitava pouco mais a literatura africana sobre o Gana, Uganda e Quênia, por coincidência os países onde o FMI, Banco Mundial, outros doadores e policiais sociais tinham implementado com sucesso os famosos programas sociais de redução de pobreza. Na época, já era activista do movimento Jubileu que lutava contra o sistema de pagamento das dívidas financeiras impostas aos países em desenvolvimento, já nos questionamos sobre as dívidas sociais como a da escravatura

e outras do primeiro mundo, por isso aceitei ser testemunha da dívida da guerra de Angola no Tribunal Mundial Social em Porto Alegre.

De regresso a Angola participei activamente na tentativa de criarmos a Associação dos Ex-bolseiros do British Council, já com o objectivo de criarmos uma plataforma onde as teses de africanos e sobre África estariam acessíveis as academias africanas, havia que reunir habilidades para facultar material académico que chamassem atenção dos estudantes para a urgência da investigação e pesquisa das suas sociedades com base em material académico e histórico construído por nacionais.

O que a levou a escrever o livro?

A preocupação e o dever das gerações que viram o país Angola a “renascer” (antes do Mapa Cor de Rosa os Reinos Africanos que hoje integram o território de Angola já existiam), deixaram seu legado escrito com recurso a memória oral e imaterial, porquê que não são reunidas condições para a história de cada povo ser escrita pelos seus cidadãos?

Mas, a razão principal foi descrever como os factos ocorreram, quais os sentimentos e outros valores imensuráveis (até Amartya Sen os mensurar), como as tradições, a cultura e as liberdades trazidas pela independência, enfim inspirar as gerações futuras a perceberem que o desenvolvimento é um processo possível, a registarem os factos sociais, transcrevendo as memórias dos seus avós, tios, familiares, amigos e através da sua história social obterem caminhos apropriados, evitarem repetição de erros e imposição de modelos bem sucedidos noutras geografias, mas que em África fracassaram.

Como nasceu o livro “A Juventude Angolana no período Pós-colonial”? E a ideia de passar o livro para uma plataforma digital, como surgiu?

Coloquei as minhas memórias no papel durante um fim de semana tranquilo em minha casa e fui timidamente falando com alguns amigos, uns encorajaram, um gigante da narrativa nacional disse “isto não vale nada”. No entanto, quando houvesse maiores dramas na pobreza do meu país, agarrava-me ao rascunho, dizendo-me “és obrigada a fazer alguma coisa por estas gerações, a tua geração foi capaz de lutar por Angola”.

Durante um período difícil na vida de uma amiga começamos a passar o resto da noite a abordarmos assunto tão sensível, o bem estar dos angolanos no seu todo e contava alguns epi-



sódios que ela tinha ouvido falar, pois crescera em Portugal. Aquilo ajudava a remexer as minhas memórias e comecei a afinar a metodologia. Era definitivo descrever factos sociais, mas de forma organizada, a ideia sempre foi ordenar as memórias colectadas e classificá-las de acordo às necessidades primárias do ser humano.

Tracei o perfil dos primeiros depoimentos evitando figuras públicas e políticas, a ideia é aproximar-nos o mais possível das comunidades (auto) excluídas. O livro foi a etapa experimental do projecto maior. Como era assente na minha autobiografia, selecionei amigos e conhecidos, cuja trajetória de vida se cruzou com a minha, em muitos momentos testemunhamos os mesmos factos sociais, método permitido em ideias emergentes e que serviu de ensaio para o formato actual dos depoimentos.

A ideia da continuidade via plataforma digital surge da disponibilidade das tecnologias de informação e a inovação permanente destas aplicações e suas ferramentas. Elas ajudam a contornar e reunir a provar as descrições da memória oral e material. Por exemplo, nos depoimentos publicados na plataforma História Social de Angola (<https://historiasocial-deangola.org/>), já foram descritos factos e feitas recomendações cujos pormenores sociológicos se complementam (estes depoentes não se conhecem, pertencem à famílias e a classes sociais diferentes, do sul e do norte, residentes em Angola e em Portugal, alguns dos quais residem na Europa desde a década 80), mas por alguma razão apresentam pontos de vista comuns, entre as quais foram partícipes e testemunhas dos mesmos factos sociais da história de Angola e até dos PAOP's, esta forma de triangulação ocorre desde os primórdios da etnografia.

Qual é a importância dos angolanos contarem as suas memórias/histórias para o mundo?

A globalização e as TIC's trouxeram novas formas de investigação e divulgação, hoje em dia se os países do norte facilitarem o acesso aos centros de investigação digital a academia e a sociedade civil pode colectar e distribuir informação sobre a história social de Angola e dos PALOP construída por nacionais, pois todas elas se cruzam pelo denominador comum, a lusofonia, mas a memória humana é indispensável, a memória artificial ainda não deve dispensar a humana na totalidade.

A memória oral e material preservada deve ser historiografada e traduzida nas línguas dominantes da academia como a língua inglesa. Por exemplo, os missionários historiaram a sua contribuição às sociedades locais, ainda há angolanos vivos que podem testemunhar, contrapor ou complementar descrevendo as suas perspectivas sobre os factos.

Não menos importante, é a história do pós independência, por não se reduzir somente a guerra, a assistência social e ao estado. O boom económico resultante da commodity petróleo também levou a formação de recursos humanos que tal como todos os países africanos não estavam disponíveis quando as “independências” foram conquistadas, há necessidade de estimular a produção de investigadores angolanos e alcançarem às novas gerações indicando caminhos para soluções sociais.

Sabemos que o lançamento do livro em Portugal foi em Abril deste ano. Para quando o lançamento do livro em Angola? Quer-nos falar um pouco dessa actividade?



A apresentação do livro seguiu o formato académico, o capítulo educação foi apresentado por uma colega de liceu a escritora Luísa Frestas, os restantes pela professora Antonieta Rosa Gomes e a plataforma digital pelo consultor Nuno Duarte, o prefaciado esteve presente e a Guerra Paz, contamos com a moderação da Solange Salvaterra Pinto, os PALOPs estiveram representados por Portugal, São Tomé, Guiné Bissau e Angola, contamos com a presença de depoentes e de amigos numa manhã de sábado no antigo espaço de cultura lusófona o Espelho d'Água em Belém. O escultor Brasileiro Amary

Machry respondeu ao apelo oferecendo a escultura Trouxa de Escravos cujo leilão será feito brevemente.

Neste momento, a equipa do História Social de Angola está concentrada em captar suporte institucional da academia e finan-

ciamento. A transcrição e o registo de memórias com recurso aos audiovisuais é dispendioso, até agora trabalhamos com poucos recursos humanos e financeiros. Alguns potenciais parceiros têm aberto oportunidades, esta entrevista é importante nesta fase de divulgação. Temos divulgado via redes sociais e está à venda em Angola. Quanto a apresentação em Angola poderá acontecer no primeiro trimestre de 2023, temos understandings com uma universidade privada e uma instituição pública. Pretendemos fazer oficinas de trabalho com instituições de estudo e de divulgação de audiovisuais como a rede de mediatecas pelo vínculo com os jovens.

Neste momento reside em Portugal, mas tem uma equipa em Angola. Como é que faz esta gestão?

A residência temporária em Portugal criou espaço para concluirmos o livro, avançarmos com a plataforma digital e beber da academia, em Lisboa há congressos e debates académicos gratuitos e a participação em conferências via web ajudaram na actualização das metodologias sobretudo os debates em torno da Descolonização das Mentes.

Ter amigos é fundamental para realizar novas experiências, estes amigos acreditaram e abraçaram o projecto ao

ponto de trabalharem de forma voluntária e mais uma vez o whatsapp e o google drive facilitam. Contei com a participação de angolanos a residir em Portugal como o DJ Johnny e o Higino Octávio na área de fotografia e imagem. Da Alemanha recebemos o apoio da Elisa Costa da Universidade de Basileia.

A revisão das primeiras 80 páginas e os depoimentos realizados em Luanda foram da responsabilidade de Isilda Hurst. A Sónia Cançado, coordena as actividades em Angola, trabalhamos diariamente. A produção audiovisual está sob responsabilidade do Djassy Quissanga e do Jorge Palma, dois angolanos que selecionaram o audiovisual como profissão e cuja paixão está demonstrada na qualidade dos documentários, três membros da equipa cresceram e formaram-se em Portugal. A criação e a gestão do portal são responsabilidade de uma equipa portuguesa.

A participação dos depoentes e terem indicados outros tem sido crucial nesta fase, facilitando as adaptações necessárias do modelo e neste momento nos sentimos



mais seguros para seleccionar as variáveis para a amostra da escalonagem do História Social de Angola. Seguimos a lógica de experimentação assente em “ pequeno é bonito, mas o grande é necessário”.

Quais os atuais projetos do HSA? O que é preciso fazer para abraçar o projecto HSA?

Como afirmamos ao longo da entrevista pretendemos parceiros com sentido de pertença, o HSA pertence a todos predispostos a depositarem as suas memórias e está desenhado para ajustar a plataforma digital à dinâmica dos depoentes. Por exemplo, quando aparecer o primeiro depoente a depositar diretamente as suas memórias, sem precisar dos nossos serviços caberá à curadoria validar o depoimento e este será depositado pelo próprio e pode sempre ser complementado. A experiência já demonstrou a predisposição faseada consante os donos das memórias vão se sentindo mais confortáveis e empolgados com o HSA, afinal estão a partilhar a sua história pessoal, da sua família, da sua escola, do seu empregador, dos seus tempos livres, hábitos e costumes, etc. Trata-se de um processo de resgate da história social, privilegiando cidadãos comuns, alguns dos quais jamais teriam condições de tornar a sua história de vida intemporal, queremos incluir pessoas não letradas digitalmente e com baixo nível de literacia. Já o dissemos que o HSA precisa de muitos

abraços e afectos das comunidades lusófonas, precisamos da tradução do nosso trabalho em línguas europeias para alcançar os doadores, o suporte da academia lusófona devia chegar em primeiro lugar, a brasileira está avançada na construção e reconstrução da história social recorrendo à memória oral. A sensibilização dos arquivos centrais e locais apoiaria este projeto, recentemente fomos convidados a partilhar o HSA junto a comunidade prisional angolana em Portugal, alguns destes jovens pouco conhecem do seu país, sobretudo os descendentes nascidos em Portugal.

Uma mensagem para as Comunidades Lusófonas.

Na mesma linha de pensamento da ativista social Solange Salvaterra Pinto e da Professora Antonieta Rosa Gomes expressas na apresentação em Lisboa desafiamos os outros PALOP's a prosseguirem projetos congêneres e a estabelecerem parcerias para a concretização das dimensões sociais da história dos nossos países. A comunidade Lusófona brasileira reúne condições para a aceleração destas parcerias e que continue a promover estas técnicas de memória oral entre as comunidades lusófonas africanas. As outras comunidades lusófonas podem trabalhar em parceria em iniciativas da história social das suas comunidades que acabará por traduzir a participação destas comunidades na história dos seus países e na dos países de residência. Os lusófonos devem interagir



com base no seu maior veículo de comunicação e de identidade - a língua portuguesa, com inclusão daqueles lusófonos que não a utilizam como instrumento de conhecimento, pois por diversas razões alguns descendentes não falam a língua portuguesa, mas ainda há tempo de a aprender.

Estas dicotomias estão ligadas a questões ideológicas, a leis de emigração, as condições sociais, de residência e de nacionalidades, maioritariamente globalizadas com recurso a novas palavras como a afrodescendência, o eurocentrismo, lusodescendentes e outras. Há africanos descendentes dos PAIOPS que não se classificam como afrodescendentes ou lusodescendentes, palavras emergentes, pertencentes a contextos específicos que foram generalizadas, outros quando adquirem terceiras nacionalidades e residências cortam

o cordão umbilical com o solo pátrio, peço as comunidades que reflectam sobre esta matéria e sobre a história social dos nossos países.

O resgate da história material bantu, conhecido ou transformado em lusófono pertencente a instituições públicas e privadas como museus e fundações, integra a evolução de um dos maiores movimentos do Séc. XXI vulgarmente conhecido como Descolonização das Mentes, há passos neste sentido e os lusófonos devem seguir exemplos como a exposição permanente Slavery & the Bank que retrata como “a escravatura moldou o desenvolvimento económico da Britânia” patente no museu do Banco Central do Reino Unido e esculturas com memória imaterial (imagens e textos) ao redor da City of London.

A R T E S E A R T I S T A S L U S O S

Luís Filipe Borges

[Facebook](#)

[Instagram](#)



Luís Filipe Borges tem 45 anos mas ainda não se acredita.

Açoriano, comediante, argumentista, formador, benfiquista, apresentador – não necessariamente por esta ordem. Licenciou-se em Direito mas desilude a família desde “A Revolta dos Pastéis de Nata”, e com uma regularidade assinalável: “Zapping”, “Conta-me História”, “5 p/a Meia-Noite”, “Manobras de Diversão”, “3 é Demais”, “Caveman”, “Sempre em Pé”. Colaborador regular na imprensa e rádio, faz cerca de 50 espetáculos por ano e escreveu algumas coisas de que se orgulha: um par de livros, as séries “Liberdade XXI”, “Aqui Tão Longe”, “Conta-me Como Foi”, e os votos para o seu casamento. É autor, produtor, anfitrião e argumentista de “Mal-Amanhados – Os Novos Corsários das Ilhas” e “Work in Progress” que estreou no passado dia 30 de Dezembro, na RTP-Açores.

Era para ser advogado, concluiu o curso de direito mas preferiu tornar-se num ator, apresentador, jornalista, colonista humorista e guionista. Em qual destes papéis se sente mais realizado?

Em todos, na verdade. Era um miúdo muito tímido e comecei a ler cedo. Rapidamente me marcaram os autores beatnik e sobretudo a ideia da “intuição do tempo”, que Jack Kerouac cunhou. Essa certeza de que o nosso tempo aqui é muito limitado e de que não devemos desperdiçar nem um segundo ficou cravada em mim desde muito novo. Por isso, agarro com muita curiosidade e espanto todas as áreas da comunicação. Quero aprender, errar, fazer de novo. Citando Beckett: “Tenta. Falha. Tenta de novo. Falha outra vez. Mas falha melhor”.

A criação da escrita é difícil?

Vai-se tornando cada vez menos difícil à medida que aprendemos a dominar as ferramentas e, naturalmente, com a experiência adquirida. E depois obviamente depende também do género que estamos a falar: um sketch, até pela sua reduzida dimensão, é imensamente mais fácil de escrever do que um episódio de 45 minutos de ficção. Uma peça de teatro é imensamente mais complicada de escrever do que o alinhamento-base de um documentário; uma crónica é muito mais prazerosa de escrever do que uma encomenda corporate, etc etc.

Como nasceu a alcunha de “Boinas”?

Usei muitos anos – começou na Faculdade de Direito – um tipo de boina à Che Guevara. Aos 27 anos, e quando o realizador do primeiro

programa que fiz me viu chegar para os ensaios, chamou-me logo por “Boinas” e o nickname pegou.

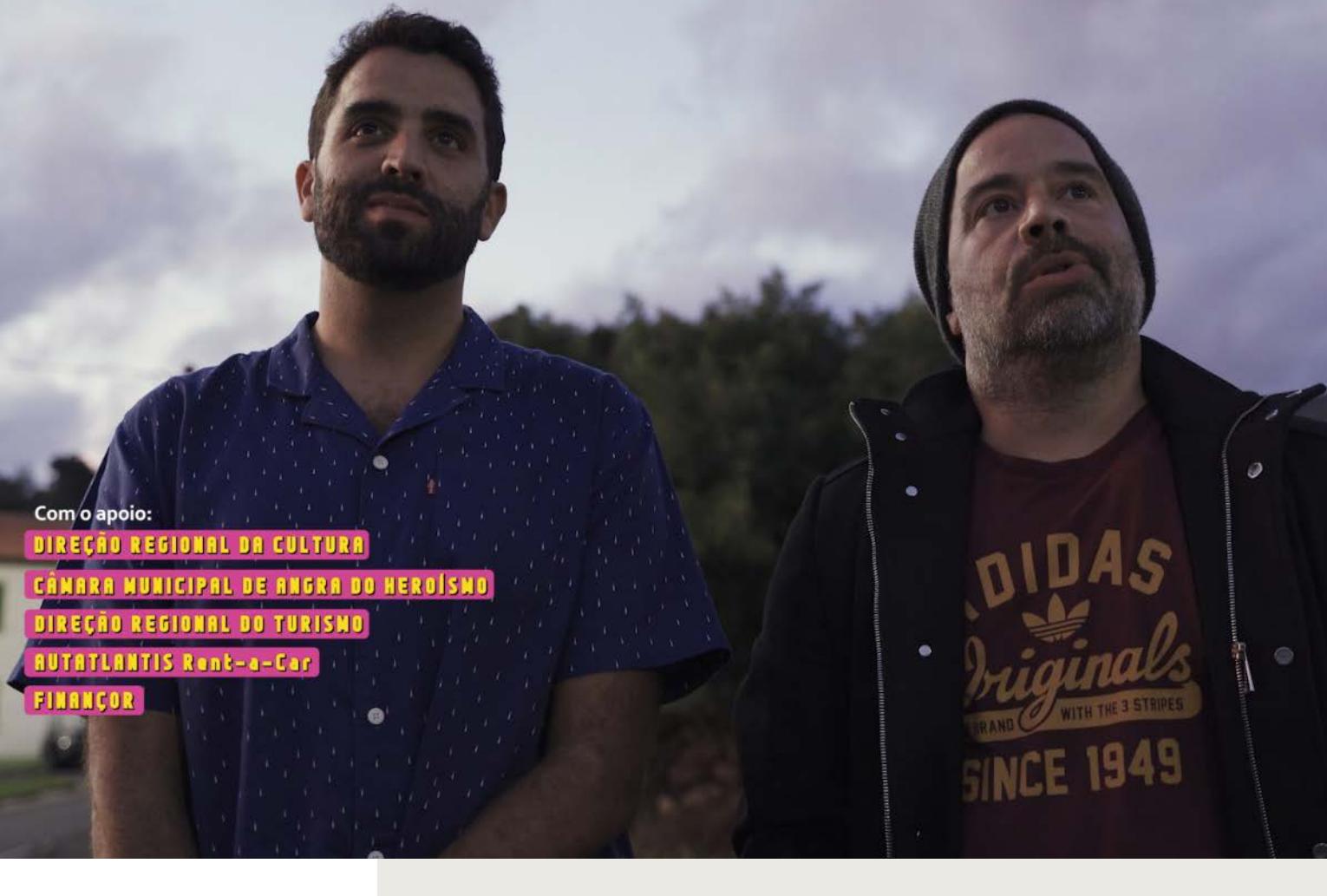
Como se deu a sua ligação ao mundo da televisão?

De uma forma bonita. Escrevia crónicas diárias de humor num jornal que já nem existe e um diretor da RTP2 apreciava-as muito. Arranjou o meu contacto, correu um grande risco e desafiou-me para gravar um programa-pi-

loto do que viria a ser o talk-show da RTP2 “A Revolta dos Pastéis de Nata”. Correu bem aos dois.

Como vê o nascimento de tantas plataformas de comunicação e que espaço irá ocupar no futuro a televisão?

Um espaço cada vez mais reduzido, e ainda bem. É fantástico que existam tantas plataformas, tantos laboratórios cada vez mais acessíveis para que – quem o queira – possa



mostrar o seu talento. Faço parte de uma geração que viveu o antes e o depois. Fiz todo o liceu sem um computador e toda a faculdade sem um smartphone. Acho excelente que hoje em dia seja muito mais fácil a qualquer miúdo num sítio longínquo dos centros de decisão poder mostrar a sua arte. Com o 5G, as redes sociais, e o fim do consumidor passivo, não há limites para o público que cada um pode atingir. A TV deixará cada vez mais de ser uma espécie de Olimpo destinado a muito poucos. É o tipo de coisa que gosto de transmitir às minhas turmas de Escrita Criativa.

Sendo uma pessoa reservada, como lida com o sucesso e a fama?

De forma tranquila, com perfeita noção de que vivemos num país pequeno e que a fama – para citar um autor sul-americano que aprecio bastante – “não passa de uma estátua cagada pelos pombos”. Trato muito bem quem me trata bem, e acho que esse princípio se aplica a qualquer atividade e indivíduo na vida, seja conhecido ou não. Além disso o sucesso é algo muito relativo em Portugal. 99% dos artistas sentem sempre que estão a recomeçar do zero.

Ainda pensa um dia regressar para viver e trabalhar nos Açores?

Todos os dias, e cada vez mais, sobretudo desde que fui pai. Aliás, nestes últimos anos tenho trabalhado em projetos de coração dedicados à terra, à identidade açoriana, aos protagonistas ilhéus. O maior sonho, meu e da família, é poder trabalhar naquilo que gostamos desde os Açores. Pode ser que um dia...





“A Revolta dos Pastéis de Nata”, “5 Para a Meia Noite”, “Conta-me História” e mais recentemente “Mal Amanhados” são alguns dos seus projetos de sucesso. Qual o programa (ou programas) que gostou mais de apresentar e teve mais liberdade criativa?

São todos “filhos” meus e portanto é impossível escolher... Mas confesso que tenho um fraquinho especial pelos “Mal-Amanhados” pela simples razão de ter sido a minha estreia enquanto produtor. Todos os outros programas, melhor ou pior, teriam acontecido sem mim. Esta série não. Pensei-a, escrevi-a, produzi-a, consegui as dezenas de apoios necessários, montei-a, conduzi carrinhas, tratei de seguros e burocracias. É o meu orgulho maior. E o carinho avassalador que ela recebeu é algo que ficará comigo para sempre.

Que lugar ocupa o humor na sua vida?

Um lugar fundamental, porque sem humor a vida seria insuportável. E também atua como fio de prumo ou critério decisor. Por exemplo, qualquer pessoa a quem detete ausência de sentido de humor, incapacidade de autor-ironia, qualquer indivíduo que se leve demasiado a sério é alguém com quem não quero trabalhar ou conviver.

Projetos para o próximo ano?

Muitos, felizmente. Já dia 30 de Dezembro estreia “Work in Progress”, produção minha com realização do Diogo Rola, e uma ideia de que muito me orgulho: 9 episódios, 9 protagonistas, 9 artes, 9 obras inéditas que nascem no fim – da poesia à interpretação, do cinema à música.

MAL AMANHADOS

OS NOVOS CORSÁRIOS DAS ILHAS

COORDENAÇÃO DE LUÍS FILIPE BORGES
COM ALEXANDRE BORGES E NUNO COSTA SANTOS



IMAGEM DE DIOCO ROLA
PREFÁCIO:
ONÉSIMO TEOTÔNIO ALMEIDA

EBOOK COM O APOIO DE



Em 2023 estrearei também outra produção, “Caixa Negra” – uma série de 10 episódios em co-autoria com o fotógrafo Luís Godinho, dedicada à 3ª idade açoriana. Publicarei dois livros sobre os quais não posso ainda adiantar pormenores e, mais para o fim do ano, serei argumentista e realizador duma série para a RTP1 que, penso, vai causar sensação.

Uma mensagem para todos os artistas do mundo.

Deixo uma citação que a personagem de Charlie Chaplin, no seu maravilhoso “As Luzes da Ribalta”, diz à protagonista feminina a páginas tantas: “A vida é maravilhosa quando não se tem medo”.



Terry Costa
Presidente do Conselho Cultural da AILD

| **OBSERVANDO**

País desenvolvido de emigração

Portugal tem hoje cerca de 2,1 milhões de emigrantes, de acordo com as últimas estimativas publicadas pela Nações Unidas. Ou seja, mais de dois milhões de pessoas nascidas em Portugal viveriam no estrangeiro em 2020. O número de portugueses residentes no estrangeiro será superior, tendo em conta que, com a lei em vigor, os filhos e netos de emigrantes têm acesso à nacionalidade portuguesa.

Em termos absolutos, Portugal é o 32.º país do mundo com mais emigrantes, numa lista liderada por nações muito populosas à cabeça das quais encontramos a Índia, com mais de 15 milhões de naturais a viver no estrangeiro. Porém, quando ponderamos o número de emigrantes pela população do país de origem, Portugal sobe umas quantas posições, colocando-se em 20.º lugar (no conjunto dos países com mais de um milhão de habitantes).

O número de emigrantes portugueses corresponde a mais de um quinto (20%) da população do país, o que faz de Portugal uma das nações do mundo com mais emigração em termos relativos. Isto é, Portugal tem uma elevada taxa de emigração. Nesta lista, liderada pela Palestina, não há outro país da OCDE com mais emigração. Países da União Europeia com mais emigração só no Leste: Bulgária, Croácia, Lituânia e Roménia. Outros países europeus

com mais emigração relativa do que Portugal também só a Leste. De resto encontramos sobretudo países com populações de refugiados numerosas, como a Palestina, a Síria, o Sudão do Sul e a Eritreia. Em resumo, Portugal é, em termos mundiais, o país desenvolvido com maior emigração. A população portuguesa emigrada vive sobretudo na Europa: 70% do total. Aparece em seguida a América, com 28% dos emigrantes portugueses, sendo residual o número destes noutras partes do mundo (apenas 2%). É também na Europa que esta população tem crescido nas últimas décadas, enquanto envelhece e diminui a população portuguesa estabelecida no Brasil, Canadá, EUA e Venezuela. Consolida-se, desta forma, a posição periférica de Portugal no espaço europeu, na companhia dos países do Leste.

Embora seja o produto de uma história longa, aquela posição está longe de ser uma realidade do passado. A continuação da emigração em valores superiores ao período anterior à crise de 2010/13 reproduzirá a atual posição periférica nos próximos tempos. Sendo impossível reverter voluntaristicamente dinâmicas demográficas pesadas como esta, é tempo de transformar a perda da emigração em recurso que amplie a capacidade de desenvolvimento do país.



Rui Pena Pires e Inês Vidigal
Observatório da Emigração, CIES-Iscte,
Instituto Universitário de Lisboa

TEIMOSIA CRÓNICA

“Eu sou livre, tu és livre, viva a livraria”

Esta frase andava a circular há tempos no Facebook. Gosto da ideia de associar os livros ao conceito de liberdade. Os livros são universos de liberdade e empatia. A empatia não é, como a maioria pensa, o que eu sentiria no lugar do outro. Não, a empatia não se foca no eu (em mim), mas no outro. Imaginar o que eu sentiria no lugar do outro é sintonia afectiva (simpatia). Todos nós, tirando raras excepções, somos capazes de fazer este exercício desde crianças. Empatia é outra coisa, e não se manifesta de forma espontânea. Para ser empática, preciso de imaginar o que o outro sente no lugar onde está, e para o conseguir, é necessário um esforço de imaginação e conhecimento. Imaginar uma realidade que não é a minha, e conhecer o percurso do outro. A expressão inglesa de calçar os sapatos do outro revela-se, assim, a mais próxima do conceito de empatia: quando calçamos os sapatos de outrem, ficamos sempre desconfortáveis; ora porque são um número abaixo, ou acima, e mesmo que calcemos o mesmo número, os sapatos moldam-se ao formato dos nossos pés, pelo que estaremos sempre condenados a palmilhar terreno alheio. Para anular esse desconforto, seria necessário termos uns pés iguais aos do dono dos sapatos; por outras palavras, os mesmos calos, o mesmo caminho percorrido.

Resumindo, a capacidade empática não é natural nem automática, exige trabalho da nossa parte (e por isso talvez seja tão pouco praticada). Este trabalho, no entanto, é o mesmo que a literatura vem fazendo desde há séculos: chegar ao outro através da imaginação e do conhecimento. Daí que os livros sejam portas para a empatia, e possam, em tempos

obscuros, ser usados como armas de empatia. Não é por acaso que os regimes totalitários têm desenvolvido o hábito de queimar livros. Os livros talvez não possam mudar o mundo, mas podem abrir-nos a porta para o outro.

E conseguiremos, de facto, imaginar o que o outro sente? Não será este um esforço inglório, uma vez que só nos aproximamos do lugar afectivo do outro tendo como referência as nossas próprias coordenadas? Não sei a resposta, mas tenho fé, vindia de um posto de observação empírica. Eram os meus filhos ainda bebés, primeiro ou segundo meses de vida, quando começaram a rir enquanto dormiam. Ainda não riam acordados, mas no sono, riam às gargalhadas. Regra geral, os bebés começam por sorrir, e só mais tarde, riem. Para rir às gargalhadas é necessário algum tempo a praticar intonações de risos variados. Quando ouvi as primeiras gargalhadas provenientes do sono do meu primogénito, fiquei assombrada. Não percebi o que se passava. O cachopo estava com soluços? Foi necessário a cena repetir-se mais duas ou três vezes para finalmente compreender. E as perguntas surgiram, as mesmas que permanecem até hoje: como pode ele viver em sonhos uma experiência que nunca viveu acordado? Ou será que já ria dentro da minha barriga? Muito provavelmente; lembro-me de um estudo que descobriu que os bebés já choram no útero. Se choram, decerto também riem. Mas riem do quê, se não têm memórias ou vivências significativas associadas à experiência do riso? Aqui está um mistério que, certamente, mantém intacta a fé de conseguirmos transcender a nossa própria pele.



Gabriela Ruivo
Escritora

| LÍDERES & EMPRESÁRIAS

Lilian Bertin

LB Instituto de Desenvolvimento Humano e Empresarial Ltda



© Edu Couto

Nascida em Sorocaba em 1966, no interior de São Paulo, Lilian Bertin é uma mulher humana, humilde, curiosa, irrequieta e intensa. Teve a sua formação académica em Direito e realizou diversos cursos em PNL (Programação Neurolinguística) sendo Master Practitioner.

Além de ser empresária há 32 anos na área de atacado-distribuição e também no varejo, ela é Sommelier Internacional, escritora, mentora, palestrante internacional, filantrópica.

Foi condecorada pela Câmara Municipal de Sorocaba em 2016, pelo Parque Tecnológico de Soroca-

ba em 2019 enquanto « Mulheres que Lideram » e em 2022 foi-lhe atribuído, pelo Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico, uma medalha por mérito pela atuação como empreendedora.

Surpreende com a sua facilidade em realizar os sonhos conciliando tanto a sua vida profissional como pessoal em perfeita sintonia.

Uma mulher que cativa pela sua força da natureza, que inspira pelas suas ações sociais, que impacta com a sua sabedoria, transmitindo os seus conhecimentos de forma genuína, impactando vidas pela paz e pelo amor sentidos na sua presença.



© Edu Couto

A Lilian é empresária há mais de trinta anos mas a empresa familiar existe há 66 anos, como a Lilian e a sua família se reinventaram ao longo de todos esses anos?

A família está há 66 anos no comércio da cidade: de pai para filhos, filhos para netos e futuramente para bisnetos no mesmo ramo de atividade mas cada um vem sucedendo com a sua própria empresa.

O meu sogro começou em 1956 a vender vinhos com uma charrette e mais tarde estruturou-se numa distribuição de bebidas. Eu e o meu marido Paulo começámos em 1990 e no ano 2002 criei a primeira loja « Maison Bertin », pouco a pouco, fomos criando outras lojas. Atualmente, temos uma distribuição, três lojas de vinhos, todas implementadas em Sorocaba que atendem em média 50 cidades da região num raio de 100 km.

Criámos a minha primeira empresa no ano de grande crise que foi o Plano Collor e fomos trabalhando nas necessidades das pessoas. Quando o país está em crise, as pessoas consomem o básico, então vendíamos tudo o que uma mercearia podia propor (alimentos, refrigerantes, produtos de limpeza...).

A um determinado momento, acabámos por comprar também a empresa do meu sogro e fomos abrindo em mais cidades. Construímos uma sede maior com uma logística mais equilibrada em 1995 e tivemos a nossa pri-

meira lojinha de vinhos de 50 m² porque me apercebi que as pessoas gostavam imenso. Fiz cursos e acabou por dar certo porque abrimos uma loja de 500m². Foi um sucesso! Implementei um setor de presentes, na época não existia, fizemos muitas listas de casamento, abrimos um departamento de móveis, abrimos lojas nos shoppings, e por vezes, mudamos de estratégia porque a economia do Brasil oscila muito, por essa razão, devemos acompanhar as tendências e a economia.

Sou sommelier internacional e na parte dos vinhos, visualizamos a possibilidade de levar os clientes a viajar, Argentina, Chile, Itália, Petrolina Bento Gonçalves com parceiros, é muito legal, estamos animados para levar o pessoal para França em maio de 2023.

Acha pertinente saber selecionar as prioridades, quer a nível profissional, quer a nível pessoal?

Saber o que é importante é fundamental para que tenha tempo para o planejamento.

Se a gente não cuidar do que é importante, isso torna-se urgente e os empresários vivem apagando incêndios.

Na minha rotina semanal, sempre tenho um atenção especial para tudo o que me parece importante para que não venha a ser urgente.



© Edu Couto

Será a chave do sucesso ao longo duma carreira profissional?

Diria que a credibilidade é fundamental, ela é conquistada por meio de atitudes, por meio de palavras, por meio de honrar compromissos, gestão do tempo, cuidado com o horário e uma série de coisas que juntas geram credibilidade. Abra portas e isso gera negócios. É necessário ter consistência e persistência. A consistência faz com que se mantenha realizando apesar dos desafios, ou seja, a consistência vai fazer com que você faça o que tem de ser feito. A persistência é a questão de fazer tudo o que estiver ao seu alcance para dar certo até dar certo e normalmente, as pessoas fazem para ver se dá certo, essa é uma diferença gigantesca.

Outro ponto importante é a gestão financeira, é a base, a fundação de uma carreira de sucesso. E os outros pontos não menos importantes são as « hard skills », o conhecimento empírico daquilo que você faz, entender do assunto e ter a capacidade técnica mas hoje em dia, as « soft skills » que são as habilidades emocionais estão sendo muito valorizadas no mercado do trabalho, entender de gente tem a ver com o sucesso duma empresa, dos líderes e dos liderados.

A Lilian é esposa, mãe, avó, empresária, escritora (com a publicação do Best Seller em 2018 « A Hora Extraordinária » e em 2022 o lançamento de « Minha Idade Não Me Define »), mentora, palestrante internacional, afinal como consegue conciliar a vida pessoal e profissional?

Já foi mais difícil gerenciar a parte profissional e a parte pessoal, aliás foi por esse meio de dificuldade que tinha de gerenciar o tempo, de dar conta de tudo que comecei a buscar o conhecimento, o desenvolvimento pessoal para me ajudar. Ultrapassei esse desafio, comecei a compartilhar com as pessoas o que tinha dado certo para mim e afinal, fui convidada para escrever o primeiro livro que se tornou felizmente um Best Seller, isso, abriu-me muitas portas. Atualmente a minha vida pessoal e profissional estão numa sintonia muito boa porque não tenho tantas coisas que dependem diretamente de mim, efetivamente os meus filhos já estão casados, as empresas são geridas por eles e eu fico mais no « backstage » nos conselhos.

Dedico-me à minha empresa pessoal de palestras, eventos e mentorias. Gosto muito de atividades, então preencho o meu tempo full time porque gosto de me manter ativa, o tempo, para mim, é saboreado.



© Edu Couto

Para o meu primeiro livro, fui convidada pela Presidente de Editora Gente, não tinha a menor pretensão em escrever um livro mas ela convidou-me a colocar num papel como fazia para realizar tantas coisas ao mesmo tempo, achava aquilo normal mas ela disse que não. As pessoas tinham vontade mas não sabiam como, a partir daí, fiz um resumo, foi um processo muito legal, escrevi em seis meses e falei sobre coisas que eu acreditava, que eu própria tinha vivido, as dificuldades que tinha passado e as pessoas conectaram-se com a história, afinal comum às mães, esposas, empresárias porque abram mão de tantas coisas e se esquecem... Cometi esses erros, as pessoas identificaram-se com isso, e quando o livro saiu, fui solicitada para dar palestras, isso despertou em mim uma vontade de continuar a palestrar e me encontrei nessa profissão. Amo palestrar, é como se tivesse o meu primeiro emprego, é uma sensação maravilhosa, falar com as pessoas, compartilhar.

O segundo livro é um desdobramento do primeiro livro que escrevi em Dubai. Tive a covid lá, fiquei de quarentena e usei esses dias para escrever com a seguinte reflexão: se fosse o meu último dia de vida, o que teria feito ou não, por que a gente se limita tanto pela idade quando se tem uma vida, afinal fiz uma reflexão sobre a questão da idade. Está sendo muito bem aceite, os leitores gostam e estou muito feliz com isso.

Viaja muito devido ao seu trabalho, como se conecta com esses diferentes mundos?

Tenho viajado bastante, estive nos Estados Unidos, duas vezes no Japão, Dubai, França, duas vezes em Portugal fora os estados brasileiros que visito por conta das palestras, dos livros.

O que notei foi o facto de que as dificuldades só mudam de endereço, elas são muito parecidas, de uma maneira geral, em qualquer país do mundo. O que muda realmente é a economia que favorece ou desfavorece o acesso à educação, à saúde, salvo os países muito pobres. Por exemplo, eu moro numa cidade muito parecida à qualquer capital de outro país, aprendi a gostar das culturas e mais do que isso, a respeitá-las e a tirar de cada uma delas o melhor porque a gente não muda ninguém.

Quando estamos numa cultura diferente, temos a obrigação de entender e de respeitar, com esse olhar de respeito, trago aquilo que acrescenta na minha vida e vejo em que forma posso melhorar e compartilhar com outras pessoas. É deslumbrante a possibilidade de eu dormir aqui na Sorocaba e acordar em França noutro dia, sou uma apaixonada de mudança de um país de um dia para outro, estar em vários lugares, amo muito viajar.



© Edu Couto

A Lilian faz questão de ajudar as pessoas, efetivamente doa uma hora e meia do seu tempo por dia a um grupo de mulheres e palestrou para um grupo de 100 desempregados com o intuito de transmitir conhecimentos sobre as vendas, podia falar mais sobre esses projetos?

Os projetos sociais aquecem o meu coração, sinto que quando faço um projeto social, eu ajudo uma entidade filantrópica, faço a doação do meu tempo do ensino às pessoas, eu me sinto retribuída pelo universo, me sinto em paz, grata à tudo o que já recebi da vida, então sinto que é uma obrigação de compartilhar, trago isso desde pequena, a minha mãe ensinou-me a ser assim e eu ensinei aos meus filhos a serem assim também.

Uma vez por semana durante uma hora e meia, reúno mulheres empresárias, empreendedoras, temos um grupo de empreendedorismo onde direciono os trabalhos e temos tido resultados extraordinários, de uma maneira genuína, sem custo algum para essas mulheres mas gerando muitos resultados financeiros. É muito gratificante esse projeto que está tomando um vulto muito grande.

Quando o Brasil entrou em crise em 2015, fiz palestras para pessoas que estavam desempregadas para ensiná-las a vender, a empreender.

Recebi testemunhos positivos em que algumas mulheres

acabaram por criar a própria empresa delas, isso me enche de alegria, acalenta o meu coração quando sei que gera resultados. Por essa razão, quis repetir e fiz novamente, no dia 31 de agosto, uma palestra com o mesmo objetivo porque no Brasil, o nível de desemprego está aumentado muito.

Como consegue otimizar o seu tempo? É um verdadeiro desafio no seu dia-a-dia?

Para otimizar o meu tempo uso o planejamento, é fundamental porque « quem não tem agenda vira agenda das outras pessoas », limito as redes sociais, tem um horário para ver mensagens, tenho um único dia para atender fornecedores fora disso não atendo, todas as pessoas que querem falar comigo, centralizo num dia, é importante que valorize o seu tempo para que as pessoas também valorizem.

Existe uma grande problemática da Humanidade é a procrastinação : deixar para depois o que deveria ter feito agora, mas existe também outro problema é a precrastinação, isto é, querer resolver tudo na hora. Sem planejamento acaba por ser um resolvedor de tarefas dos outros, as pessoas passam o dia trabalhando mas não passam o dia produzindo. Para ser eficaz, é preciso que coloque o tempo que vai dar para cada tarefa para não colocar excesso de tarefas,



© Edu Couto

impossível a realizar num dia de oito horas.

É importante saber quanto tempo estimado para cada tarefa a fim de não se frustrar ou não viver apagando incêndios com tarefas urgentes porque não tem tempo para fazer o que é importante.

O meu dia é um verdadeiro desafio porque tenho muitas atividades, vou conectando uma coisa com outra duma forma otimizada mas, às vezes, obviamente, tenho que deixar certas questões no segundo plano.

Afinal de contas, é legal perceber o quanto somos capazes de realização!

Finalmente para si, como definiria o sucesso?

O sucesso é a soma de pequenas coisas felizes no nosso dia-a-dia que, muitas vezes, a gente não valoriza mas que juntas podem trazer um bem-estar e a verdadeira essência da vida.



Sylvie das Dores Bayart
Empresária Dijon

A M B I E N T E

As grandes cheias de Lisboa e “outras inundações”

As grandes cheias de 1967 foram, tão só, a pior catástrofe que assolou a capital portuguesa, desde o grande terramoto de 1755. Em finais de 2022 o fenómeno repetiu-se, ainda que numa escala deveras inferior e com consequências menos gravosas, é certo. Todavia, as causas mantêm-se e preocupam, sobretudo a falta de manutenção e limpeza dos canais de escoamento das águas pluviais e as graves falhas de planeamento urbano e de ordenamento do território.

Na madrugada de 25 para 26 de Novembro de 1967, abateu-se sobre Lisboa uma rápida e forte precipitação, com níveis nunca antes vistos, correspondendo a



Lisboa 1967

cerca de um quinto da precipitação média anual registada. A depressão meteorológica rapidamente percorreu todo o Vale do Tejo. O elevado número de mortes – cerca de 700 – assim como os danos em 20 mil casas, apanharam os governantes desprevenidos, tanto que, Salazar, através dos mecanismos de censura do estado Novo, tudo tentou para abafar o caso, temendo eventuais consequências para a sua governação. À época, várias causas foram invocadas, para tão trágico desfecho, desde a falta de limpeza dos rios e das ribeiras da zona ribeirinha; passando pela construção ao longo dos cursos de água; pelas reduzidas bacias hidrográficas; assim como, pela insuficiente dimensão das canalizações subterrâneas.

Um paradigma que se repete

Passados 55 anos, o paradigma parece repetir-se *ad ae-*

ternum – se há elevados níveis de pluviosidade, há cheias, deslizamento de terras e inundações, quer seja em Portugal, na Europa, ou no resto do Mundo. Da Alemanha à Bélgica, da China ao Japão, dos Estados Unidos ao Brasil, os fenómenos atmosféricos extremos sucedem-se, ano após ano, sem que se aprenda com os erros cometidos no passado.

As cheias podem ocorrer devido a vários factores e, muitas vezes, podem ser simultâneos. No entanto, como o próprio nome sugere, as causas mais frequentes resultam do rápido aumento dos níveis de água devido a chuvas intensas em áreas baixas, num curto espaço de tempo. Quando nas zonas baixas dos aglomerados urbanos, a capacidade de absorção do solo é menor que a pluviosidade, a altura da água aumenta rapidamente,



Pensilvânia 1889

resultando em cheias. Esses eventos climáticos são muito perigosos e muitas vezes podem levar a fatalidades, devendo ao seu poder destrutivo e à rapidez com que ocorrem, impedindo que as pessoas tenham tempo suficiente para escapar para terrenos mais altos ou para adoptarem as medidas de protecção tidas como adequadas.

Para além dos rios, também o transbordamento do mar, assim como o rápido derretimento da neve e do gelo, podem causar inundações.

Cheias vs inundações

Se, por um lado, todas as cheias provocam inundações, por outro, nem todas as inundações são provocadas pelas cheias. As cheias são fenómenos temporários; por exemplo, um rio que transborda as suas margens e inunda determinada área envolvente. Por seu lado, as inundações

poderão ter carácter permanente; como é o caso das áreas do globo inundadas pela subida do nível das águas do mar. O rebentamento de uma barragem também pode provocar uma cheia com forte poder de destruição. Importa recordar uma das mais devastadoras da história da humanidade, ocorrida em 1889, na Pensilvânia. Após vários dias de chuvas anormalmente intensas, uma das barragens locais, cedeu, libertando cerca de 20 milhões de litros de água para a cidade de Johnstown, matando, em poucos minutos, mais de 2.200 pessoas.

Todos os anos, mais de 20 milhões de pessoas são atingidas pelas cheias dos rios. As cheias e as inundações têm consequências desastrosas, paralisam cidades, colapsam infra-estruturas e obrigam à deslocação de milhares de pessoas, que perdem as suas casas e os seus haveres. Por



Johnstown

sua vez, essas deslocações em massa, vão provocar outros problemas, tais como: a sobrelotação populacional nas grandes cidades e o consequente aumento das desigualdades sociais.

O que pode ser feito para minimizar o efeito das cheias?
Segundo vários especialistas, uma das soluções de curto prazo mais importantes para minimizar as graves consequências das cheias passa pelo investimento em estratégias de adaptação a inundações, nomeadamente pela construção de infra-estruturas mais resilientes aos efeitos provocados pelo aumento do nível das águas, tais como: paredões de proteção costeira e modelos de cidades similares às ecológicas cidades-esponja chinesas, que utilizam soluções baseadas na natureza como forma de incorporarem o ciclo da água no planeamento urbanístico. Também as bacias de retenção,

são muito úteis para controlar as cheias e para servirem de reservatórios de água em períodos de maior seca. Por outro lado, é importante apostar-se na restauração de ambientes degradados, na criação de mais áreas verdes dentro das cidades, na limpeza dos cursos de água (naturais e artificiais) e, na proibição de construções nos limites desses mesmos cursos. Outra medida preventiva a considerar – esta menos consensual, mas, porventura menos traumática – seria a retirada ordenada ao longo do tempo das populações localizadas nos leitos das cheias e nas zonas afectadas pelas inundações, instalando-as em locais mais seguros.
Para finalizar, paralelamente, às medidas acima referidas, importa reduzir as emissões globais dos gases com efeito estufa, tendo em vista a mitigação dos efeitos provocados pelas alterações climáticas.



Vítor Afonso
Mestre em TIC

Poemário

Esquece-te de Mim, Amor

*Esquece-te de mim, Amor,
das delícias que vivemos
na penumbra daquela casa,
Esquece-te.
Faz por esquecer
o momento em que chegámos,
assim como eu esqueço
que partiste,
mal chegámos,
para te esqueceres de mim,
esquecido já
de alguma vez
termos chegado.*

António Mega Ferreira

Seleção de poemas Gilda Pereira

| SAÚDE E BEM ESTAR

Desmistificando a Psiquiatria Infantil e da Adolescência



A Organização Mundial de Saúde estima que cerca de 20% das crianças e adolescentes apresentem pelo menos uma perturbação mental antes de atingir os 18 anos de idade (que é o equivalente a dizer, uma em cada 5 crianças). Infelizmente, apenas 1/3 a 1/5 recebe o devido tratamento. Acresce a estes, o importante dado de que 50% da psicopatologia encontrada no adulto tem início antes dos 14 anos de idade e 75% antes dos 24 anos de idade. Estes dados mostram a enorme importância da Saúde Mental Infantil

e, consequentemente, da pedopsiquiatria. Temo que a pandemia tenha vindo a agravar estes números, resposta que teremos nos próximos anos.

Em Portugal, a Psiquiatria da Infância e da Adolescência é uma especialidade médica autónoma desde 1983. Dedicase ao diagnóstico e tratamento de doenças do pensamento, emoções e/ou comportamento que afetam crianças, adolescentes e as suas famílias. Dedica-se ainda à promoção da saúde mental, a avaliação, diagnóstico e definição de es-

tratégias terapêuticas para situações de perturbação mental e intervenção preventiva em grupos de risco. Infelizmente, como somos poucos, acabamos por nos dedicar mais ao diagnóstico e tratamento do que à promoção e prevenção em saúde mental.

A grande diversidade de apresentação dos quadros psicopatológicos durante a infância e adolescência, exige do especialista uma elevada diferenciação para permitir o diagnóstico e a implementação de intervenções adequadas às várias etapas do desenvolvimento. Não só cada faixa etária apresenta um grupo de patologias específicas, como também a expressão sintomática de uma determinada patologia se manifesta de forma distinta ao longo do desenvolvimento.

Entre os 0 e os 3 anos de idade (período peri-natal e primeira infância) a prioridade é o apoio à função parental, o rastreio de situações de risco psicopatológico e a intervenção precoce em patologias com impacto no desenvolvimento, como as Perturbações do Espectro do Autismo (PEA). As PEA exigem a organização de programas terapêuticos intensivos, prolongados, que promovam o desenvolvimento, preservem as expectativas e envolvam e apoiem as famílias.

Entre os 3 e os 10 anos de idade (idade de pré-escolar e escolar) assume especial importância o diagnóstico e a

intervenção em patologias com impacto no desempenho escolar, como a Hiperatividade com Défice de Atenção (PHDA), os problemas do comportamento ou as problemáticas do fôro ansioso e depressivo. O trabalho de colaboração com a escola torna-se fundamental.

Na adolescência, as problemáticas da ansiedade, depressão, risco suicidário e de outros comportamentos de risco têm uma prevalência significativa. Começam a tornar-se também mais frequentes as patologias aditivas, requerendo novas especificidades ao nível da avaliação e tratamento.

Adicionalmente, em qualquer uma destas etapas, pode ser necessária a identificação precoce de situações psicopatológicas graves (como perturbações psicóticas ou do espectro bipolar). Estas perturbações, embora relativamente raras quando comparadas às mencionadas mais acima, requerem obrigatoriamente a intervenção da pedopsiquiatria e a sua deteção atempada tem importantes implicações no prognóstico.

Acrescento ainda que a pedopsiquiatria, sendo uma especialidade médica, tem um importante aporte das ciências sociais e humanas. Após primeira consulta e colocação de hipótese diagnóstica, há que delinear um plano terapêutico. Não raras vezes, fazem parte desse plano outros técnicos de saúde, com

quem trabalhamos lado-a-lado, numa perspetiva colaborativa e complementar. Isto acontece porque os problemas de saúde mental da infância e adolescência são variados e complexos, o que exige uma resposta diferenciada, traçada caso-a-caso. Apesar da constituição das equipas de pedopsiquiatria ser muito variada, estas deveriam ser sempre constituídas por pedopsiquiatras, psicólogos, enfermeiros especialistas em saúde mental, técnicos de serviço social, terapeutas ocupacionais, terapeutas da fala, psicomotricistas, técnicos superiores de educação especial e reabilitação, entre outros. Num mundo ideal (na minha pedopsiquiatria ideal) gostava ainda de contar com a presença de outras especialidades médicas, sobretudo a pediatria e psiquiatria, com quem articulamos muitas vezes de forma informal.

As vantagens do trabalho em equipa são enormes mas gostaria de destacar a possibilidade de assim oferecer intervenções mais específicas, centradas na necessidade de cada criança e família, a capacidade de encontrar soluções mais criativas para problemas mais difíceis (duas, três ou quatro cabeças pensam melhor que uma...) e, na minha opinião, o trabalho em equipa tem também um papel importante na prevenção do burnout associado a quem trabalha em saúde mental (a partilha de decisões e o encontrar de soluções conjuntas tornam o trabalho mais leve, e recompensador).

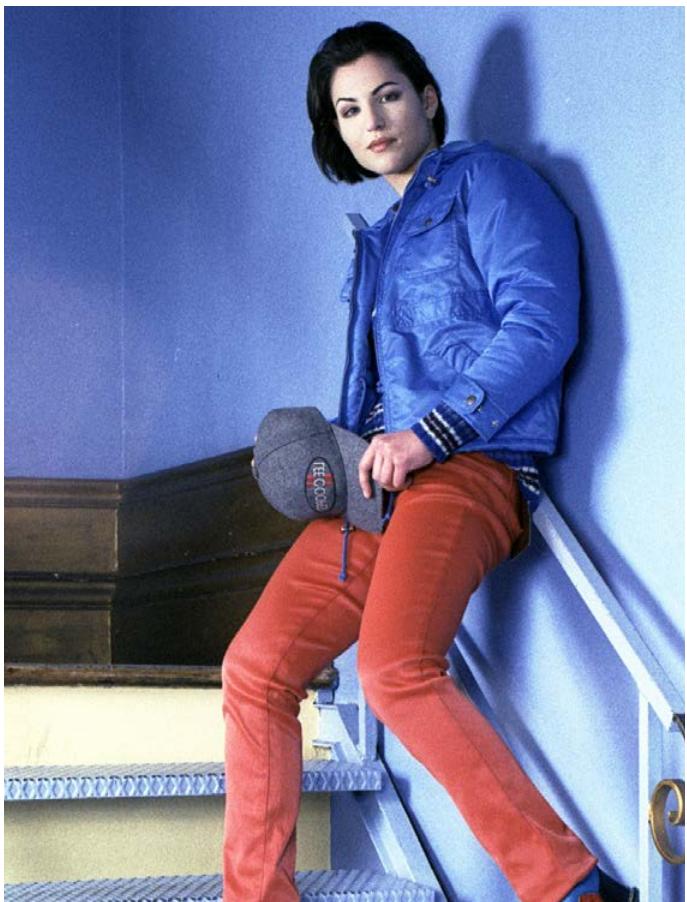


Andreia Araújo
Médica Pedopsiquiatra

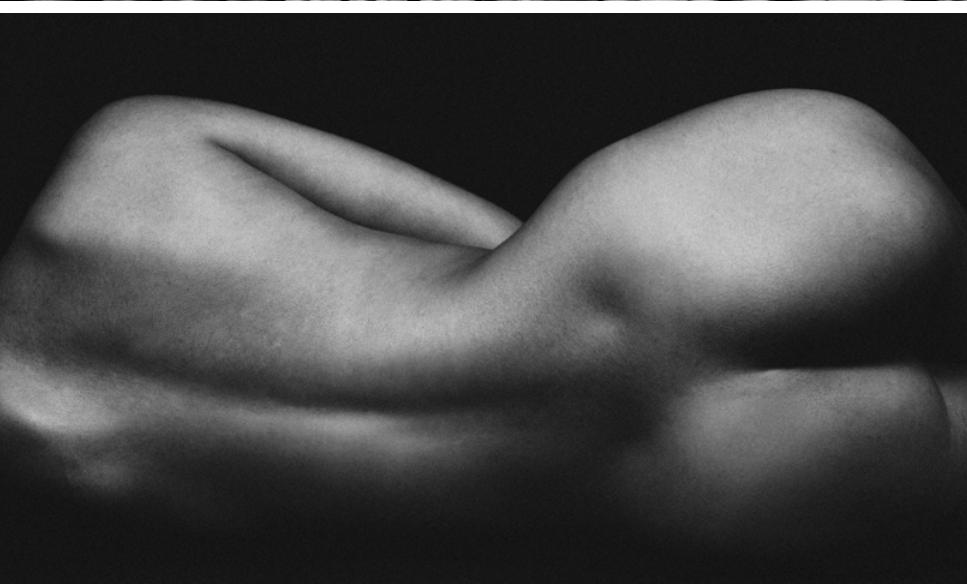


| PELA LENTE DE
Nuno Moreira









Sempre quis ser fotógrafo desde os 16 anos quando comecei a fotografar produtos para catálogos, e aos 21 já tinha estúdio próprio. Um fotógrafo pode ter técnica, uma boa câmara e boas lentes, porém o mais emocionante é quando se consegue capturar a profundidade das almas num olhar que muitas vezes procura desviar o contacto, procurando mistificar a sua personalidade. Fotografar é fazer versos com imagens, é um pouco como ler um livro fazendo filmes na consciência, que expande na medida que nos tornamos independentes artisticamente, que satisfazemos o ego e o cliente ao mesmo tempo. É fazer amor no arame farpado quando o amor se substitui à dor. Trabalhar com fotografia é amar o desconhecido, tudo vira poesia. As minhas fotografias são um vetor entre o que acontece no meu mundo e as pessoas que não têm como presenciar o que lá acontece. Espero que a pessoa que entrar numa exposição minha não saia a mesma.

Lembro-me que numa das exposições que fiz: A casa assombrada de Virgínia Woolf, uma interpretação pessoal do livro da mesma, a meio da exposição fui abordado pela diretora da Biblioteca Almeida Garrett no Porto onde expus, dizendo que algumas imagens perturbavam as pessoas, que depois de muito olharem as mesmas iam comentar que ficavam alteradas emocionalmente. Considerei que estava e estou no caminho certo.

Fotografar é cumprir a eternidade de cada momento.

| COM LUPA: CÁ DENTRO

Em volta da Pérola do Atlântico



10, 9, 8, 7, 6, 5, 4, 3, 2, 1... Feliz Ano Novo!

As ruas iluminadas, os fogos de artifício, as casas cheias, as prendas, e, mais importante que tudo, os sentimentos de esperança e união preenchem-nos neste princípio de 2023. E, é com este início que damos também abertura a mais um ano de escrita e viagem pelas terras de Portugal. Rumemos então à bela Madeira.

Onde se situa?

A aproximadamente 900 km sudoeste de Portugal Continental e a 700 km oeste da Costa Ocidental Africana localiza-se o arquipélago da Madeira. Este é constituído pelas ilhas da

Madeira (representa a maior ilha portuguesa com 736 m²) e do Porto Santo (com 42,26 m²), pelo subarquipélago das Desertas (Ilhéu Chão, Deserta Grande e Bugio) e pelas Selvagens (Selvagem Grande, Selvagem Pequena, Ilhéu de Fora, conjuntamente com um grupo de ilhéus de menor dimensão) que representam reservas naturais, sendo que apenas as Selvagens possuem um reduzido efetivo de população permanente, constituído por 4 a 6 guardas da reserva natural.

Roteiro

Se anteriormente o aeroporto que o vai acolher (Aeroporto Internacional da Madeira Cristiano Ronaldo) representava



uma verdadeira prova na qual só os pilotos mais experientes podiam aterrar (pela sua pequena pista de apenas 1600 m), atualmente pode tranquilizar-se, já que em 2000 se procedeu ao alargamento da extensão da pista (para 2781 m), naquela que foi uma das maiores obras realizadas na região.

Está na hora de se instalar e acredite, aqui na Madeira, e, principalmente, no Funchal, não lhe faltam opções de alojamento, já que é um verdadeiro centro turístico. Deixamos quatro recomendações: Hotel Baía Azul, Quinta da Bela Vista, Belmond Reid's Palace e Jardins d'Ajuda.

Antes de nos aventurarmos, pela ilha da Madeira (o nosso destino do arquipélago elegido) gostaríamos de deixar um

conselho ao leitor para que a sua experiência seja o mais proveitosa possível. À parte de querer repousar um pouco pelo cansaço da viagem de avião, no seu primeiro dia na ilha consideramos indispensável a procura por um estabelecimento “rent a car”! E, não se preocupe, porque no Funchal vai encontrar inúmeros espaços de aluguer automóvel, com preços económicos e opções diversificadas. Por mais que seja um amante de trilhos e caminhadas, para percorrer a ilha com maior conforto a opção de aluguer é efetivamente a mais sensata. Além disso, muitos destes locais contam com ofertas e descontos nas viagens e passeios pela ilha, pelo que também fique atento a essas oportunidades! Sem mais demoras, vamos partir!

Seja para reduzir a sua ansiedade e stress, ou recarregar energias, ou melhorar a sua memória e concentração, ou até mesmo praticar exercício físico, o certo é que o contacto com a Natureza nos presenteia com bastantes benefícios para a nossa saúde.

Comece por isso a sua manhã com o resplandecente Jardim Botânico da Madeira. Situado a cerca de 3 km do centro da cidade do Funchal, no topo da margem esquerda da Ribeira João Gomes, entre os 150 m e os 350 m de altitude, este jardim estende-se ao longo de uma área de aproximadamente 8 hectares (5 ha de área ajardinada). As múltiplas cores e a vivacidade que o cerca, com exemplares únicos da flora da Madeira e do mundo inteiro, vão deixá-lo sem palavras. Espécies aromáticas e medicinais; aquáticas; tropicais; têxteis; agroindustriais; suculentas; indígenas e endémicas da Madeira... é impossível não se encantar com a exuberância que o jardim nos reserva! É sem dúvida uma

experiência visual única! O local conta ainda com outros âmbitos, a exemplo, um museu (Museu de História Natural do Jardim Botânico) no qual pode testemunhar uma exposição com um leque de coleções (fósseis, minerais, insetos, animais vertebrados e invertebrados embalsamados, entre outros), um herbário (Herbário Padre Manuel Nóbrega) para que possa descobrir um pouco mais a etnobotânica da ilha e miradouros, sendo que nós realçamos o miradouro do teleférico que concede uma panorâmica singular sobre a Baía do Funchal e o Vale da Ribeira de João Gomes, tipificado pela presença de um significativo núcleo da Floresta Laurissilva. O jardim funciona todos os dias do ano (à exceção do dia de Natal) entre as 9h00 e as 18h00 de segunda a domingo. O bilhete tem o custo de 7,50€ para visitantes com idade acima dos 12 anos, 3€ para o intervalo entre os 6 e os 12 anos e gratuito para idade inferior a 6 anos.

Passe agora pelo Mercado dos Lavradores para saborear as





mais frescas, naturais e exóticas frutas que a Madeira lhe oferece! Construído na década de 30 do século XX, segundo o projeto de Edmundo Tavares numa combinação ariosa de art déco e modernismo, o mercado apresenta dois pisos: no piso inferior realiza-se a venda de peixe e carne, e no superior, de frutas tropicais, vegetais e múltiplas especiarias. Neste ponto alia-se a qualidade dos produtos com a tradição e o folclore da região, com muitas vendedoras trajadas com o fato madeirense típico.

Pare para petiscar algo. Se procura uma refeição leve ou tem dietas especiais (opções vegetarianas, veganas e sem glúten) sugerimos o Ritz Madeira. Os gelados daqui são provavelmente os melhores que vai experimentar! Quer provar um magnífico cannellone de bolonhesa e espinafres ou um salmão grelhado inesquecível?! Então vá até ao FX Restaurant & Sports Bar.

Continuamos esta viagem no próximo mês!
Não perca!



Fatinha Pinheiro
Geógrafa

| C O M L U P A : L Á F O R A

Corfu

A pérola do mar Jônico



Partimos à descoberta da pérola do mar Jônico, a ilha de Corfu ou em Grego «Kerkyra» apresenta-se como um destino turístico ímpar, caracterizando-se pela sua ampla história e posicionamento único entre o mar Adriático e Mediterrâneo. Constituída por terrenos montanhosos repleta de citrinos e vinha a ilha de Corfu encontra-se sob administração da grega, pertencendo ao conjunto das ilhas Jônicas nas proximidades da costa albanesa. A cidade de Corfu deve o seu nome à mitologia grega, nomeadamente ao rapto de «Corcyra» às mãos do notável Deus dos Mares «Poseidon» tendo sido mantida refém neste local.

Estrategicamente posicionada a ilha de Corfu é visitada por milhares de turistas, que via cruzeiro aportam diariamente na capital. Este turismo diário é sem sombra de dúvida uma mais-valia, todavia à cidade aportam igualmente via aérea turistas que procuram saborear os encantos da ilha e

das suas praias. Independentemente do ponto de entrada a ilha de Corfu apresenta uma excelente oferta de transportes permitindo que os turistas se desloquem entre a capital e as diferentes praias.

A história de Corfu é repleta de avanços e recuos, fundada no 730 a.C pelos Coríntios este povoado da Grécia antiga viveu em harmonia vivendo essencialmente da agricultura. Em pleno séc. III a.C. a ilha viu-se fustigada por diversos ataques piratas que traziam violência e o terror à ilha, cansados desta situação os habitantes locais aclamaram pelo exército romano que em auxílio permaneceu e defendeu a cidade durante vários séculos. Com o fim do império romano seguiram-se ocupação Bizantina e Império Veneziano, a ocupação de Veneza trouxe estabilidade e uma certa ordem à ilha. Este período ditou inclusive o incentivo, que perdura aos dias de hoje do cultivo de oliveiras estabele-

cendo na ilha uma atividade económica de interesse. O domínio Veneziano trouxe a estratificação do povo, havendo uma clara divisão entre classes resultando, nomeadamente povo e nobres. O império Veneziano procurava controlar rotas comerciais para oriente desta forma a ilha de Corfu representava um porto seguro para as embarcações. O fim do império Veneziano às mãos do imperador Napoleão Bonaparte representou um período conturbado na cidade, as invasões francesas e os ideais da revolução francesa eram o foco de conflito na região. Em 1800 com o auxílio francês, a ilha de Corfu integra o novo estado independente das Ilhas Jônicas, digamos que terá sido uma forma ardilosa de evitar o confronto com os vizinhos Russos e Turcos que temiam as invasões napoleónicas. Findado o império de Napoleão, diversos países surgiram interessados na ilha uma vez mais a ilha caia num vazio político, sendo que em 1815 é assinado em Paris um tratado que reconhece autonomia da ilha sob domínio britânico. Apesar do descontentamento local, terá sido neste período que Corfu terá conhecido todo o seu esplendor. Os ingleses realizaram diversos investimentos em educação e saúde pública, sendo inclusive criada a primeira universidade na Ilha. Em 1862 é assinado o tratado «High power States» que decreta a renúncia das ilhas Jônicas resultando na anexação por parte da Grécia. Após anexação a ilha de a cidade de Corfu perde importância em oposição à capital Atenas, todavia por toda a ilha a economia prospera graças à industrialização.

Este passado rico e glorioso repleto de diversidade, tornou Corfu como a ilha mais cultural de toda a Grécia, os habitantes são bastantes hospitalários e adoram abordar turistas e contar a história tumultuosa da sua ilha. Por norma o turista associa ilhas gregas a casas caídas com tetos azuis,

todavia não as encontrará, as praças e arquitetura local reflete a ocupação francesa. Os edifícios em Corfu arquitetonicamente exibem jardins, estátuas e fontanários devidamente ornamentados com flores dando um toque absoluta francês.

Paleokastritsa

Localizada a 23 km NW de Corfu a vila Paleokastritsa apresenta-se como o local mais pitoresco da ilha. Esta vila tem como origem um antigo castelo que terá sido erigido nos rochedos no qual hoje figura o Mosteiro da Virgem. Paleokastritsa deve figurar no roteiro de todos os visitantes. A praia nas imediações de areia branca e água fria sobre os rochedos circundada de terrenos repletos de oliveiras, criam um cenário idílico. A praia principal apesar de pequena é de uma beleza única, sendo que no local poderá encontrar diversos restaurantes, bares de apoio e no topo das rochas diversas unidades hoteleiras.

A não perder, nas imediações da praia Paleokastritsa poderá encontrar o Mosteiro da Virgem Maria, repleto de obras de arte pós-bizantino e uma vista deslumbrante sobre a praia.

Centro Histórico

O centro histórico de Corfu é considerado património da Unesco desde 2007, a cidade encontra-se rodeada de fortificações desenvolvidas pelos engenheiros de Veneza, sendo usados durante séculos por forma a defender os interesses marítimos. As ruas são estreitas e em cada recanto um encanto. Apesar de atualmente prepara para receber diariamente turistas, o centro histórico conserva os traços e influências históricas perpetuadas pelas sucessivas ocupações.





Ainda no centro histórico é possível contemplar a praça principal completamente dominada pelo edifício principal do município «Town Hall of Corfu», edificado entre 1663 e 1693 durante ocupação veneziana é possível observar a grandeza de outros tempos através dos materiais usados, nomeadamente mármores de grandes dimensões. Ao longo dos tempos este edifício terá sido usado como teatro, casa de opera e finalmente como sede do governo local. É de salientar que este edifício e a maioria dos edifícios do centro histórico são reconstruções em função dos terríveis bombardeamentos da 2^a Guerra Mundial.

Aproveite o centro histórico da cidade e perca-se pelas ruas, aproveite as diversas esplanadas e observe atentamente a envolvente. Caso procure diversão recorde que este local à noite sofre uma transformação e enche de turistas que vagueiam pelas ruas de bar em bar.

Canal d'Amour Corfu

A vila de Sidari amplamente reconhecida pelos turistas como uma zona privilegiada com uma paisagem deslumbrante, circunscrita pelo uma floresta densa emerge uma praia única. Esta praia conhecida como Canal do Amor, caracteriza-se por uma formação rochosa de diferentes cores amarelo/verde, as grutas e os caminhos na periferia potenciam a aventura tornando este local singelo em algo

retirado dos filmes. A praia de águas cristalinas representa um dos pontos únicos de Corfu, que de acordo a tradição/lenda local qualquer casal que atravesse a nado o canal em breve resultará em casamento.

Velho Forte da Cidade

O velho forte da cidade é uma das fortificações mais impressionantes da Europa, localizado acima do porto é o primeiro monumento avistado pelos turistas. Localizado na parte este da ilha em cima de um rochedo que lhe confere posição preferencial sobre o mar Jônico. Terá sido construído pelos Venezianos no Séc. XV no exato local onde terá existido um castelo Bizantino, conectado a terra por uma ponte madeira acima de um fosso usado atualmente como porto de abrigo para embarcações de pesca.

A visita ao forte durará cerca de 30 minutos, sendo que poderá observar múltiplos símbolos esculpidos em rocha, a pequena capela de «Madona del Carmine», a igreja de S. Jorge. A visita a este local é realmente imperdível, permitindo ao visitante imaginar a grandeza do local no período do apogeu Veneziano.

Praça Spianada

A praça de Spianada retrata uma das praças mais apelativas de toda a Grécia, essencialmente devido à influência



dos Venezianos, todavia viriam a ser os Franceses a tornar o local aprazível. Em redor da praça poderá encontrar os melhores cafés e restaurantes da cidade, assim como sombras essenciais na mobilidade nos períodos de maior calor. Nas imediações da praça existe igualmente umas praias de índole rochosa usadas pelos locais, aproveite e mergulhe nestas águas quentes com vista para o Velho Forte.

Novo Forte – Forte de S. Marco

O Forte de S. Marco terá sido construído em 1576 pelos Venezianos e localizado estratégicamente nas imediações do velho porto. A sua construção foi e concluída após tentativas de invasão turca pelo engenheiro militar «Ferraute Vitteli». Esta fortaleza terá representado um papel fulcral na defesa da cidade. A arquitetura deste local é realmente impressionante e merece uma visita.

Palácio Aquiles

O Palácio de Achilleion/Aquiles encontra-se localizado na vila de Gastouri, este magnífico palácio terá sido construí-

do exclusivamente para a excêntrica princesa Elisabeth -Sissi, a imperatriz do império austríaco. O palácio terá sido usado como refúgio de verão da princesa e claro está, contém jardins lindíssimos, bem organizados e repletos de esculturas. O nome de Aquiles deve-se ao fascínio do imperatriz pelas figuras da mitologia grega, sendo que na entrada é possível observar um mural que retrata a história da luta entre Aquiles e Heitor.

Apesar do difícil acesso a partir de capital, recomendo vivamente a visita a este local sendo que simbiose perfeita entre o clássico e a natureza faz com que os visitantes sejam transportados ao passado e ao esplendor do império austro-húngaro.

Corfu é realmente um local aprazível que destoa ligeiramente da Grécia a proximidade com o Balcãs e o domínio e ocupação de diferentes povos de certa forma contribuíram para a preservação de uma história repleta de riqueza.

Visite Corfu não será difícil apaixonar-se pela Pérola do Mar Jônico.



João Costa
Doutorando em Sistemas Sustentáveis de Energia



| FALAR PORTUGUÊS

«Porque» ou «por que»

Antes de avançarmos sem medo para a Grande Questão do «Porque», deixem-me falar-vos do «de que».

Conta Fernando Venâncio que uma amiga sua achava ser um grande erro a construção «informar de que». O professor, com infinita paciência, lá explanou as razões por que a construção é correctíssima.

Atrevi-me a comentar que, talvez, o horror ao «de que»

viesse do velho boneco da Contra-Informação que punha o mais famoso presidente de clube de futebol do país a repetir vezes sem conta a construção errada «penso eu de que». Inconscientemente, muitas pessoas podem ter começado a associar «de que» a um erro. Só que o «de que» (ai, tanto «que»!), se não deve ser usado depois de «pensar», não está errado em verbos como «informar» (leiam a explicação de Fernando Venâncio, que vos dá ainda uns cheirinhos de boa literatura que não são de deitar fora).

«porque» ou «por que» - Ora, mas o que nos trouxe aqui não foi o «de que», mas o «porque». Contei-vos a história acima para vos dizer isto: parece-me a mim que o velhinho e inocente «porque» sofreu um ataque impiedoso dos irritados da língua muito parecido ao ataque contra o «de que».

Não posso confirmar (não passa duma suposição), mas parece-me que a necessidade de corrigir construções como «porque razão» (que deve ser escrita «por que razão») levou muitas pessoas a achar que o «porque» deve ser escrito sempre em duas palavras: «por que». Ou seja, criou-se ali uma irritação inconsciente, qualquer coisa que parecia mal e servia perfeitamente para atacar o português dos outros, desporto em que muitos se esforçam todos os dias.

Resultado? Como sabemos, os paniqueiros da língua inventam sempre uma lógica qualquer muito limpinha (e, quase sempre, errada) para justificarem a irritação e a proibição que começam por aí a espalhar.

Assim, começou a ouvir-se que o advérbio interrogativo «porque», no fundo, tinha sempre implícita a palavra «razão» ou «motivo» e, por isso, não era um advérbio interrogativo, mas antes parte decepada duma expressão maior. Conclusão: o «porque» no início duma frase teria sempre de levar um espaço no meio.

Acabámos por ter de aturar insultos a quem escreve frases como «Porque existe a guerra?» ou «Porque fizeste isto?». E, quando digo insultos, não estou a exagerar.

Já tive quem me acusasse, num comentário a um artigo, desse terrível erro: o uso do «porque» sem espaço no meio das sílabas. Não chegou ao insulto, mas tive direito a três pontos de interrogação, para perceber bem quão ignorante sou.

Não é que as regras sobre esta questão não sejam complexas. O curioso é que os irritadíssimos acusadores dos «porques» alheios querem impor uma regra muito simplificada e errada, enquanto acusam os demais de escreverem mau português. Se for preciso, ainda acabam o discurso com uma crítica à «decadência do português» e ao «facilitismo do ensino». Ironias.

Se quiserem perceber um pouco melhor toda esta questão do «porque» ou «por que», aconselho-vos a começar pelo Ciberdúvidas: sempre está à distância dum clique. Mas, se não tiverem tempo, fiquem pelo menos com esta na cabeça: todos nós podemos usar «porque» no início duma pergunta. Não só não vem mal ao mundo, como está corretíssimo.



Marco Neves
Universidade Nova de Lisboa

MERCADO DE CRIPTOATIVOS

Noções básicas criptomoedas, criptoativos, blockchain



Muito se tem falado nos últimos tempos sobre criptomoedas, criptoativos, blockchain e outros termos que surgiram no nosso léxico na última década. Fruto de uma necessidade cada vez mais crescente de ter um controlo efectivo sobre a nossa propriedade e riqueza, bem como a garantir a segurança dessa propriedade através de pseudónimo, a comunidade da criptografia vem há algumas décadas a idealizar formas descentralizadas de troca de valor em ambientes puramente digitais e globais. E neste contexto que surge a Bitcoin. A

Bitcoin foi criada em 2009 por alguém que se apresentava com o pseudónimo Satoshi Nakamoto. Com a bitcoin surgiu também a tecnologia blockchain, que foi criada inicialmente para permitir o registo seguro de transações de criptoativos e, desde então, surgiram muitos outras blockchain e criptoativos, como o Ethereum. Esta nova classe de ativos veio permitir transferências rápidas e baratas de valor a qualquer pessoa em qualquer parte do mundo, sem a necessidade de intermediários financeiros.

Os criptoativos são, portanto, ativos digitais que utilizam a tecnologia blockchain para assegurar a segurança das transações e garantir a privacidade dos utilizadores. A blockchain é um registo imutável e distribuído de transações que é mantido por uma rede de computadores em vez de por uma entidade central. Isso significa que as transações são seguras e transparentes, permitindo que os utilizadores tenham controlo total sobre os seus ativos. Podemos considerar a tecnologia blockchain como sendo um tipo de

base de dados que permite armazenar informações de maneira segura e confiável, sem a necessidade de um intermediário.

Uma blockchain é composta por blocos (block) de dados que são encadeados uns aos outros, formando uma cadeia (chain). Cada bloco contém informações sobre as transações realizadas, e esses blocos são adicionados à cadeia de forma cronológica, o que permite aos usuários verificar a autenticidade de qualquer transação.

A Bitcoin, bem como a maior parte dos criptoativos, tem a característica de ser descentralizada, o que significa que ela não é controlada por nenhum governo ou instituição financeira. Isso permite que as pessoas realizem transações diretamente entre si, sem a necessidade de confiar em terceiros para intermediar essas transações. Além disso, a tecnologia blockchain garante que as transações sejam seguras, confiáveis e publicamente verificáveis.

A Bitcoin é usada principalmente como meio de pagamento, mas também é usada como reserva de valor, assim como as moedas tradicionais. Algumas pessoas também investem em Bitcoin como forma de especulação financeira, com a expectativa de que o preço aumente no futuro dadas as suas características deflacionárias. Outros tipos de criptoativos terão também utilidades próprias, ou servirão como representação de outro tipo de ativos subjacentes como é o caso dos Non-

Fungible Tokens (NFTs).

Se considera investir em criptoativos, é preciso ter em conta que o seu valor pode flutuar em relação às moedas fiduciárias tradicionais como o Euro ou o Dólar. É importante ter sempre em mente que os criptoativos são ativos voláteis e que podem sofrer grandes flutuações de preço, pelo que é importante investir com cautela.

Antes de adquirir algum destes tipos de ativos é importante ter em consideração o seguinte:

Primeiro, convém lembrar que o mercado de criptoativos é altamente volátil e pode ser arriscado, por isso é importante investir apenas o dinheiro que você está disposto a perder.

Além disso, deve também fazer sua própria pesquisa antes de investir, entender como os criptoativos funcionam e conhecer os riscos envolvidos.

Outra dica que importa realçar é a de não comprar criptoativos de fontes duvidosas ou com preços muito abaixo do valor de mercado, pois isso pode ser um sinal de fraude.

Também é importante ter cuidado ao escolher uma carteira (uma espécie de conta) para armazenar os criptoativos que adquirir, escolhendo uma carteira segura e de confiança.

Muitos criptoativos funcionam como fichas de acesso a determinados produtos ou serviços, e são criados e lançados no mercado pelas empresas que vendem esses produtos ou prestam esses serviços mediante a utilização do

respectivo criptoativo. É importante que verifique e confirme a idoneidade do projeto em causa, através dos chamados livros brancos (ou whitepapers), certificando-se que tem a credibilidade devida.

Finalmente, é importante lembrar que a compra e venda de criptoativos pode estar sujeita a impostos e taxas, por isso é importante entender as leis fiscais do seu país e seguir todas as regras aplicáveis.

Existem várias maneiras de investir em criptoativos, através dos chamados exchanges. Antes de começar a investir, é importante fazer uma pesquisa cuidadosa sobre as diferentes opções disponíveis e compreender os riscos envolvidos. Em caso de dúvida faça sempre uma pesquisa adequada relativa ao exchange em causa, procurando saber se é uma plataforma confiável ou não. As maiores plataformas do mundo de compra e venda de criptoativos já se encontram reguladas, quer na União Europeia quer nos Estados Unidos da América, pelo que deverá sempre optar por uma destas plataformas.

Se procurar saber mais sobre este mundo, pode sempre recorrer a entidades como a Associação Portuguesa de Blockchain e Criptomoedas (APBC). A APBC tem vindo desde 2017 a esclarecer o público sobre os benefícios da adopção da tecnologia blockchain e das vantagens que os criptoativos podem trazer ao comércio mundial.



Nuno Lima da Luz
Presidente da Associação Portuguesa
de Blockchain e Criptomoedas

| FISCAL

Todos contam para Portugal

O Estado Português têm feito um esforço significativo, que se nota cada vez mais, na transmissão de informações aos contribuintes portugueses residentes e não residentes.

Estas informações são muito úteis para quem reside fora de Portugal, e não têm oportunidade de se manter atualizado do que vai acontecendo por cá.

Estes portugueses poderão encontrar vários interlocutores para obterem as informações que procuram, como por exemplo a AILD – Associação Internacional dos Lusodescendentes, a Fundação AEP, a ICEP, os Gabinetes de apoio ao Emigrante, as Câmaras de Comércio, entre muitas outras instituições.

Um bom ponto de partida pode ser a consulta do site todoscontam.pt, que possibilita a quem o consulta compreender melhor o sistema fiscal e financeiro em Portugal, e onde, inclusivamente, podem encontrar cursos online.

O site aborda todas as etapas da vida de uma pessoa e muitos aspectos relacionados com a vida das empresas.

Ajudar por exemplo, a planear um orçamento familiar, abordando muitos

aspectos da vida de um cidadão, como estudar, começar a trabalhar, comprar um carro, uma casa, constituir família, planejar a reforma, desemprego, divórcio e doença, tudo factos com implicações diretas num orçamento familiar.

O site também explica, entre outras, as várias formas de assegurar os pagamentos em Portugal, caracterizando cada um deles e até orienta o cidadão sobre quais são as opções de poupança que pode encontrar no país. O cidadão encontrará também, uma descrição das várias formas de contrair um crédito de acordo com fins em vista, quer seja para despesas pessoais, compra de casa, compra de automóvel, para investimentos em valores mobiliários, etc.

Para quem quer criar o seu unicórnio, a sua empresa, encontra o enquadramento dos vários tipos de sociedades e da envolvência associada à criação de uma empresa, exemplificando várias soluções para financiar a sociedade, indicando também os seguros obrigatórios ou não que deverá ter.

O site enumera uma série de direitos e obrigações que assistem o cidadão, aconselhando ainda sobre o modo de evitar ser vítima de fraude financeira. Como não podia deixar de ser, existe uma área dedicada aos impostos, onde é partilhado o calendário fiscal do País, e até um glossário do termos fiscais, em que se dá a conhecer cada um dos impostos e as taxas de imposto para cada situação.

Explica também o que o contribuinte tem de fazer para iniciar uma atividade económica em nome próprio, discrimina as implicações fiscais associadas ao facto da pessoa ser estudante, comprar bens ou serviços, compra carro, casa ou adquirir produtos financeiros.

Informa também sobre as implicações fiscais associadas ao planeamento de planos de reforma, e o que fazer quando se recebe uma herança.

Apesar de tudo se mesmo assim existirem dúvidas relativamente aos aspectos de criação de um negócio ou aos impostos do país, aconselho contactar um contabilista certificado.



Philippe Fernandes
CEO Cisterdata



Quando falham certos detalhes tudo se torna inútil.

info@amostradeletras.pt

.M.
amostra de letras
COMUNICAÇÃO



WWW.EIMIGRANTE.PT

OFEREÇA
UM MELHOR
FUTURO
À SUA FAMÍLIA
EM PORTUGAL



+351 217 960 436



CERAL@EIMIGRANTE.PT



@EIMIGRANTE



AV. FONTES PEREIRA DE MELO, 35-2ºA 1050-118 LISBOA
RUA FELICIANO DE CASTILHO, 66 4000-293 PORTO